



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARINA LINS DE CARVALHO ROCHA

**CONTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO PARA O ACOLHIMENTO
DE BEBÊS COM SÍNDROME CONGÊNITA CAUSADA PELO VÍRUS DA ZIKA
(SCZv) E OUTRAS ALTERAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR PARA
O PROJETO "REDES DE INCLUSÃO".**

RECIFE
2018

MARINA LINS DE CARVALHO ROCHA

CONTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE BEBÊS COM SÍNDROME CONGÊNITA CAUSADA PELO VÍRUS DA ZIKA (SCZv) E OUTRAS ALTERAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR PARA O PROJETO "REDES DE INCLUSÃO".

Monografia apresentada ao curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciado(a) em Pedagogia, orientada pela Prof.^a Dr.^a Pompéia Villachan-Lyra.

RECIFE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

R672c Rocha, Marina Lins de Carvalho.
Contribuição de documentos de orientação para o acolhimento
De bebês com síndrome congênita causada pelo vírus da Zika
(SCZv) e outras alterações do desenvolvimento: um olhar para o
projeto “Redes de Inclusão” / Marina Lins de Carvalho Rocha. -
Recife, 2018.

82 f.

Orientador(a): Pompéia Villachan-Lyra.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife,
BR-PE, 2019.

Inclui referências e anexo(s)

1. Avaliação 2. Contribuições 3. SCZv 4. Educação infantil
I. Villachan-Lyra, Pompéia, orient. II. Título

CDD 370.7

MARINA LINS DE CARVALHO ROCHA

CONTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE BEBÊS COM SÍNDROME CONGÊNITA CAUSADA PELO VÍRUS DA ZIKA (SCZv) E OUTRAS ALTERAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR PARA O PROJETO "REDES DE INCLUSÃO".

Data da Defesa: 14 de Janeiro de 2019.

Horário: 10:00 horas.

Local: Sala 6B, Departamento de Educação - UFRPE

Prof. Dra. Pompéia Villachan-Lyra
Orientador

Prof.^a Dra. Emmanuelle Christine Chaves da Silva

Examinadora Interna

Prof. Ms.. Eliana Gomes da Silva Almeida
Examinador Externo

Dedicatória

Ao meu pai, Máxime Weygand de Mendonça Rocha, que partiu este ano para morada eterna ao lado de Deus e à Dra. Kátia Guimarães, que nos deixou o legado do amor, bondade, profissionalismo e solidariedade em forma do Projeto Redes de Inclusão.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela oportunidade de viver e de poder dedicar este trabalho as pessoas que eu amo e admiro.

Agradeço especialmente à minha mãe Martha e a minha irmã Luciana, por estarem comigo pelo laço de sangue, pelo amor e pela cumplicidade familiar.

Ao meu companheiro Fábio, que me apoiou e me incentivou para que eu fizesse o curso de Pedagogia na UFRPE, sempre acreditando na minha capacidade e inteligência para chegar até o final e ir além.

Agradeço a minha querida orientadora Pompéia Villachan-Lyra, pelo carinho, pela compreensão em momentos difíceis e pelas orientações valiosas para que esta pesquisa fosse possível.

Agradeço a professora Emmanuelle Chaves pelas orientações, calma e paciência ao longo dos últimos anos no grupo de pesquisa e pelo voto de confiança dado a mim e as minhas colegas de pesquisa.

Agradeço aos profissionais da área de Educação que contribuíram com os seus conhecimentos e experiências profissionais, em especial, agradeço carinhosamente as professoras do CMEI que participaram do grupo focal.

Agradeço as minhas amigas que fiz ao longo do curso de Pedagogia, Ana Rúbia, Gabriela Chagas, Marina Catolé e Karina Monnerat, sempre desejando que me acompanhem pelos próximos anos.

Agradeço igualmente aos meus amigos Marcelo Henrique e Leonardo Nunes, pela amizade, carinho e boas conversas ao longo do curso.

E, por fim, agradeço a minha amiga Mariana Camilo, por me acompanhar desde sempre pela jornada da vida.

RESUMO

Esta monografia apresenta os resultados de uma investigação acerca da avaliação de professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil do Recife (CMEI), sobre possíveis contribuições em suas práticas cotidianas de três documentos oriundos do Projeto Redes de Inclusão (Unicef), e de dois livros com temáticas que tratam sobre a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZv) e a contribuição das neurociências nas relações afetivas entre pais e educadores. Como metodologia, foi realizado um grupo focal com questões norteadoras para cada documento acima mencionado, bem como a realização de um questionário online, de modo a obter as avaliações de outros profissionais envolvidos com a Educação Infantil de instituições públicas e privadas. Os dados foram posteriormente categorizados sob a perspectiva da análise de conteúdos, proposto por Bardin (1995), também utilizada para a análise dos documentos acima mencionados. De modo geral, todos os documentos foram validados para uso pedagógico nas creches, obtendo boas avaliações com relação à linguagem, conteúdo e proposição de atividades que se fundamentaram no conhecimento das neurociências para a estimulação de crianças com a SCZv e outras alterações do desenvolvimento.

Palavras - chave: Avaliação. Contribuições. SCZv. Educação Infantil.

ABSTRACT

This monograph presents the results of an investigation about evaluation from teachers of Centro Municipal de Educação Infantil do Recife (CMEI), concerning the contribution of three documents from the Projeto Redes de Inclusão – Unicef, and two books with themes that deal with Congenital Syndrome of the Zika Virus (CSZv) and the contribution of neurosciences in the affective relations between parents and educators. As a methodology, a focus group was conducted with guiding questions for each of the documents used, as well as the execution of an online questionnaire, in order to obtain the evaluations of other professionals involved with Pre-kindergarten school from public and private institutions. The data were categorized from the perspective of content analysis, proposed by Bardin (1995), also used for the analysis of the cited documents. In general, all documents were validated for pedagogic use in daycare centers, obtaining good evaluations regarding the language, content and proposition of activities that were based on knowledge of neurosciences for the stimulation of children with CSZv and other developmental disorders.

Key-words: Evaluation. Contributions. CSZv. Pre-kindergarten school.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

ADI	Auxiliares de Desenvolvimento Infantil
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CER	Centros Especializados em Reabilitação
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAV	Fundação Altino Ventura
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
iABCD	Instituto iABCD
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NINAPI	Núcleo de Investigação em Neuropsicologia, Afetividade e Primeira Infância
OMS	Organização Mundial da Saúde
PC	Perímetro cefálico
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PIC	Plano Integrado de Cuidado
PNE	Plano Nacional de Educação
PTS	Projeto Terapêutico Singular
SCZV	Síndrome Congênita causada pelo Zika vírus
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SES/PE	Secretaria de Saúde do Estado
SEESP	Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO
ABSTRACT
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE CRIANÇAS VÍTIMAS DA SÍNDROME CONGÊNITA CAUSADA PELO VÍRUS DA ZIKA EM PERNAMBUCO E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO REDES DE INCLUSÃO NESSE CONTEXTO	15
1.2 Caminhos da educação inclusiva no Brasil	23
1.3 Importância da intervenção precoce na escola como espaço de promoção do desenvolvimento de bebês e crianças com a SCZv	29
1.4 Descrição dos documentos do Projeto Redes de Inclusão	31
1.4.1 Descrição do Guia de orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento	32
1.4.2 Descrição do Guia de cuidado da criança com alterações no desenvolvimento	33
1.4.3 Descrição do kit de estimulação multissensorial.....	34
1.4.4 Descrição do livro Síndrome Congênita do vírus da Zika, microcefalia e outras alterações do neurodesenvolvimento: guia prático para profissionais de Educação.....	35
1.4.5 Descrição do livro Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores .	37
CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICOS	39
2.1 Natureza da pesquisa.....	39
2.2 Participantes da pesquisa	39
2.3 Meios e instrumentos	40
2.4 Metodologia de análise: Princípios da análise de conteúdo	41
2.5 Pressupostos de Bardin (1995) para a realização da análise de conteúdo .	43
2.6 Aspectos éticos	44
CAPÍTULO III: RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE OS DOCUMENTOS PROPOSTOS.....	45
3.1 Análise dos documentos	47
3.1.1 Primeiro documento: Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento	47
3.1.3 Avaliação do terceiro documento: Folder do Kit multissensorial	59
3.1.5 Avaliação do quinto documento: Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores	68

CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS.....	77

INTRODUÇÃO

Do ano de 2015 até o presente momento, foram notificados 465 casos de crianças nascidas com a Síndrome Congênita causada pelo Zika vírus (SCZv) no estado de Pernambuco, segundo dados informados pela Secretaria de Saúde do Estado (SES-PE, 2018).

Embora o índice de casos tenha apresentado significativa redução nos últimos meses, é importante compreender que ainda há incidência considerável de casos confirmados de crianças portadoras dessa condição (SES-PE, 2018) e na perspectiva da Educação escolar, a inclusão dessas crianças com a SCZv é um direito previsto em lei.

Sobre o referencial teórico, fizemos um levantamento acerca do contexto histórico do surgimento da SCZv no Brasil, em específico para o estado de Pernambuco, com base em documentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde (MS) e notas técnicas da SES-PE. Foi por meio dessa pesquisa documental que conseguimos compreender a dimensão da gravidade deste problema, percebendo que a SCZv evidencia não somente os graves atrasos de desenvolvimento nos bebês, mas se constitui como um problema social que atinge particularmente camadas mais pobres da região Nordeste.

O projeto *Redes de Inclusão* (Unicef), sob a coordenação técnica da Fundação Altino Ventura (FAV), foi uma iniciativa da Unicef em resposta ao cenário que se impunha, novo e desolador. Ao final de 2015, formando uma grande rede de profissionais das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, oriundos de instituições governamentais e não governamentais, de modo a acolher e escutar as famílias das crianças com a SCZv e profissionais que se viam perdidos naquela conjuntura.

Neste sentido, este projeto possibilitou uma grande rede de apoio, criando uma metodologia inovadora com base em três eixos de atuação, após a realização de grupos focais, tendo como primeiro eixo o “Trabalho com as mulheres gestantes, as famílias e os cuidadores.”, o segundo eixo o “Trabalho com os profissionais de saúde, educação e assistência social: ações de planejamento reprodutivo e capacitação dos profissionais” e o terceiro e último eixo a “Atenção integral e

integrada e atuação em rede, por meio da articulação de diversos órgãos, entidades e serviços”.

Tais eixos possibilitaram realizar ações de apoio às famílias de crianças com a SCZv e de crianças com necessidades específicas, articulando-se com aspectos de formação profissional, com capacitação de agentes multiplicadores, na formulação de políticas públicas assistenciais e na elaboração de documentos orientadores, tais como o guia “Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento”, o guia “Cuidado da criança com alterações no desenvolvimento” e a confecção e distribuição do Kit multissensorial possibilitados pelo projeto. A presente pesquisa se propõe a analisar esse material, sendo também incluídos dois livros que abordam temas de alta relevância para a realização desta pesquisa, denominados: "Síndrome Congênita do vírus da Zika, microcefalia e outras alterações do neurodesenvolvimento: guia prático para profissionais de Educação" (Villachan-Lyra e Almeida, *in press*) e "Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores" (Villachan-Lyra, Queiroz, Moura e Gil, 2018).

Isto posto, buscamos formular o seguinte problema de pesquisa: Os documentos apresentados contribuem para a prática docente das professoras no acolhimento a bebês com a SCZv e outras alterações no desenvolvimento em creches e pré-escolas? A partir de tal problematização, o objetivo geral desta pesquisa é o de analisar a avaliação de professoras, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e membros da gestão de creches municipais do Recife a respeito da contribuição de cinco documentos que abordam a temática da microcefalia e a SCVz em seu trabalho cotidiano, com vistas a contribuir com a promoção do desenvolvimento dos bebês com esta condição.

Além disso, formulamos os seguintes objetivos específicos: Investigar a avaliação das professoras a respeito das contribuições de três documentos oriundos do Projeto Redes de Inclusão da Unicef em suas práticas pedagógicas com os bebês com a SCZv no CMEI; Investigar a avaliação das professoras a respeito das contribuições de dois livros sobre SCZv e Desenvolvimento infantil em suas práticas pedagógicas com os bebês com a SCZv no CMEI; Identificar possíveis contribuições e sugestões de adequação das professoras a respeito desses documentos.

Metodologicamente, compreendemos a nossa pesquisa como sendo de base qualitativa, de modo a investigar os acontecimentos cotidianos em tempos

contemporâneos, experienciando e compreendendo as ações humanas e as suas consequências na nossa sociedade. Como levantamento de dados, foi realizado um grupo focal e um questionário *online*, apresentando os cinco documentos acima mencionados, investigando quais as avaliações dos(as) profissionais sobre eles, buscando compreender como os documentos podem contribuir na prática pedagógica dos profissionais no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).

Para a realização da análise e discussão dos dados, tomamos como base os pressupostos de Bardin (1995), como forma de sistematização e de organização da entrevista e da análise documental deste projeto, confrontando os resultados obtidos entre os dois grupos (quatro participantes do grupo focal e sete respondentes do questionário *online*), de modo a identificar e perceber as semelhanças e diferenças de avaliações a respeito dos cinco documentos.

Esta pesquisa justifica-se pela pouca prevalência de trabalhos acadêmicos na área de Educação que se aprofundem na temática sobre as demandas formativas de profissionais que atuam em redes municipais de ensino e especificamente que trabalhem com crianças com a Síndrome Congênita causada pelo Zika vírus (SCZv), buscando compreender a nova realidade destes profissionais, que deverão lidar com estas crianças com atrasos do desenvolvimento.

O interesse pessoal da pesquisadora pela temática surge a partir de experiências discutidas em um curso de extensão denominado “Programa de Formação Pela Primeira Infância” realizado em 2016 com carga horária de 60 horas, promovido pelo grupo de pesquisa Núcleo de Investigação em Neuropsicologia, Afetividade e Primeira Infância, vinculada à Universidade Federal Rural de Pernambuco (NINAPI/UFRPE), no qual a pesquisadora faz parte. Soma-se a isso o interesse da estudante sobre o projeto Redes de Inclusão promovido pela Unicef e a equipe técnica coordenada pela Dra. Kátia Guimarães, uma iniciativa que resultou em uma grande rede intersetorial em prol das crianças com a SCZv e crianças com outras necessidades específicas, gerando guias de orientações que serão analisados neste trabalho de pesquisa. Além disso, este trabalho é direcionado para todos os estudantes e professores que se interessem pelo tema.

Por fim, este trabalho encontra-se sistematizado em três capítulos, nos quais o primeiro é o nosso referencial teórico construído a partir de uma contextualização das ocorrências de crianças com a SCZv, investigando por meio de documentos oficiais o número de casos em Pernambuco, depois deste levantamento, buscamos

caracterizar a própria SCZv, de modo a compreender a gravidade desta síndrome em bebês com esta condição. Além disso, trouxemos o Projeto Redes de Inclusão, demonstrando a sua relevância para o contexto do final de 2015 e como ele se constituiu como uma rede de apoio às famílias e profissionais que cuidam de crianças com a SCZv.

A partir da perspectiva da inclusão dessas crianças que apresentam graves alterações no desenvolvimento nas creches, foi importante para a pesquisadora compreender as diferenças entre a Educação Especial no Brasil e a Educação Inclusiva até o momento atual, fazendo um rápido levantamento histórico por meio dos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e a legislação, de modo a construir uma breve linha do tempo do caminho que a Educação Inclusiva no país percorreu até hoje.

Logo depois, trouxemos perspectivas importantes sobre a intervenção precoce das crianças, justificando-se pela necessidade de mostrar o espaço da creche como um ambiente privilegiado de promoção do desenvolvimento de crianças com a SCZv e por fim, encerrando este primeiro capítulo, trouxemos uma breve descrição dos cinco documentos propostos nos objetivos de investigação desta pesquisa.

O segundo capítulo apresenta os caminhos metodológicos que organizaram toda a pesquisa, inspiradas nos pressupostos de organização de Bardin (1995). O terceiro capítulo compreende aos resultados obtidos a partir da avaliação que os profissionais da Educação, envolvidos com Educação Infantil fizeram sobre os cinco documentos propostos nos objetivos desta pesquisa.

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE CRIANÇAS VÍTIMAS DA SÍNDROME CONGÊNITA CAUSADA PELO VÍRUS DA ZIKA EM PERNAMBUCO E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO REDES DE INCLUSÃO NESSE CONTEXTO

No ano de 2015 foi observado um aumento nos casos de recém-nascidos com a Síndrome Congênita causada pelo Zika vírus (SCZv), chamando a atenção da nossa sociedade e do mundo para este problema. A época, o estado de Pernambuco foi a região com o maior número de casos confirmados, com 465 ocorrências segundo dados divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (SES-PE, 2018) até o momento.

Embora tenha sido observado uma diminuição dos casos de microcefalia no estado, é importante observar que ainda há ocorrência de crianças nascidas com esta condição. O cenário da época mostrou-se caótico, as pessoas não sabiam as causas que originavam a doença que acabara por afetar a reprodução humana naquele momento, o que causou uma onda de medo em grande parte das mulheres que desejava constituir família.

A maior incidência de casos notificados foram observados no Nordeste, pois segundo a Unicef (2018, p.9): “Em 2015, ano em que começou a epidemia de Zika, foram registrados 1.608 casos, 71% deles na Região Nordeste.” O perfil socioeconômico das famílias atingidas pela SCZv nos mostrou que 71,4% das mulheres tinham entre 15 e 29 anos, em sua grande maioria com baixa escolaridade, apresentando um percentual de 70,6%, majoritariamente mulheres de etnia parda ou preta 84,3%, e quase a metade das mulheres tinham estado civil entre solteiras, separadas e viúvas (MS, 2017, p. 303).

Em outubro de 2015 iniciou-se a identificação da origem da microcefalia em recém-nascidos. Alguns cientistas sinalizavam a possibilidade de se tratar de uma característica dentre outras que se constituiriam em uma síndrome congênita, associado a outros sintomas que comprometeriam o desenvolvimento neurológico, convulsões e disfagias, com calcificações no cérebro, dentre outros problemas. A microcefalia não é considerada uma doença, mas “uma anomalia congênita caracterizada pela má formação craniana na criança” (MS, 2015, p. 18).

Para identificar esta condição, a Organização Mundial da Saúde (OMS), definiu um protocolo para investigação de crianças nascidas com microcefalia, no qual define o perímetro cefálico (PC) de acordo com o sexo, idade e o tempo de

gestação, sendo o PC para os meninos de 31,9 cm e para as meninas, 31,5 cm, tendo como referência o PC de 33 cm para crianças sem a má formação congênita.

Esta definição foi importante para que houvesse um parâmetro de identificação dos casos de microcefalia, descartando a ocorrência deste problema para outras crianças, evitando uma preocupação desnecessária aos pais. Segundo o Ministério da Saúde (2015, p.13):

[...] A identificação da microcefalia se dá principalmente pela medição do Perímetro Cefálico (PC), procedimento comum no acompanhamento clínico do recém-nascido, visando à identificação de doenças neurológicas.

A transmissão do vírus Zika é realizada por meio da picada do mosquito *Aedes Aegypti*, sendo o principal meio para as doenças já conhecidas pela população, como a Dengue e a Chikungunya. A microcefalia não é uma doença transmissível, sendo a sua ocorrência relacionada a fatores biológicos, químicos, físicos e genéticos (MS, 2015) e atualmente associada também a infecção causada pelo vírus da Zika. A criança com esta condição apresenta atrasos no desenvolvimento infantil, de natureza neurológica importante, embora não seja na totalidade dos casos, mas majoritariamente apresentam sequelas físicas e ou cognitivas.

Ressalta-se que a microcefalia sempre ocorreu em crianças, não sendo uma condição exclusivamente causada pela SCZv, mas podendo também ocorrer por outras causas para além da infecção causada pelo vírus da Zika. A diferença neste caso, é que as crianças nascidas vítimas da SCZv podem ou não desenvolver a microcefalia, sendo um dos sintomas causadas pela doença, geralmente ocorrendo de forma muito agressiva, apresentando sintomas característicos desta condição.

Segundo Eickmann et al. (2016, p. 2), a síndrome congênita apresenta características específicas nas crianças afetadas, como “hipertonia global grave com hiper-reflexia, irritabilidade, hiperexcitabilidade, choro excessivo, distúrbio de deglutição, além de respostas auditivas e visuais comprometidas” Além destas características, exames mais aprofundados demonstraram a existência de calcificações no cérebro, problemas sérios de visão, dificuldade de deglutição, dentre outros problemas que afetam o desenvolvimento da criança

Neste sentido, observamos que a SCZv compromete gravemente o desenvolvimento normal da criança, gerando transtornos irreversíveis nos aspectos

físico e cognitivo da pessoa, refletindo na vida prática da criança e da família. A creche tem um importante desafio pela frente, de modo a incluir esta criança considerando as especificidades que essa condição impõe.

1.1 Projeto Redes de Inclusão: Uma rede de amor e de apoio às famílias de crianças com a SCZv e outras alterações do desenvolvimento

O projeto Redes de Inclusão é uma iniciativa da Unicef em parceria com a equipe técnica da Fundação Altino Ventura e outros parceiros, tendo sido coordenado pela Dra. Kátia Guimarães em 2016 após o aumento dos casos de crianças nascidas com a SCZv (UNICEF, 2018, p.17). As cidades de Recife (PE) e Campina Grande (PB), foram as escolhidas para que este projeto ocorresse, devido ao grande número de casos confirmados nessas cidades. Este projeto foi criado a partir da escuta de várias pessoas envolvidas diretamente em setores estratégicos, tais como gestores da área de saúde, educação, assistência social, ONGs, universidades e as famílias das crianças com a SCZv (UNICEF, 2018, p.3).

O Projeto Redes de Inclusão teve por objetivo possibilitar uma rede de apoio às famílias e cuidadores de crianças com SCZv e outras deficiências, criando uma metodologia que possibilitasse o acolhimento e escuta dessas pessoas, criando uma rede de apoio que envolvessem instituições governamentais e não governamentais (UNICEF, 2017, p.3). Dentre outras instituições participantes deste projeto, o envolvimento da Fundação Altino Ventura (FAV) como coordenação técnica, se deu a partir do reconhecimento do trabalho já existente com as famílias de crianças com a SCZv, no qual já se possibilitava um atendimento terapêutico individualizado, com o apoio de profissionais da área (UNICEF, 2018). Segundo a Dra. Kátia Guimarães, “A ideia era fazer um projeto que mobilizasse e integrasse os serviços e fortalecesse essas famílias. O projeto Redes de Inclusão se tornou o suporte psicossocial para todos nós da rede” (UNICEF, 2018, p. 17-18).

O projeto Redes de Inclusão possibilitou articular fortemente as instituições envolvidas, integrando também a escuta das famílias, o que possibilitou posteriormente desenvolver documentos considerados “emergenciais”. O primeiro documento, ora denominado “Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento”, tem por objetivo apresentar atividades de

estimulação de apoio ao desenvolvimento cognitivo da criança em ambientes escolares e domiciliares, sendo um documento elaborado para cuidadores, familiares e demais profissionais das áreas de educação, assistência social e saúde (UNICEF, 2018, p. 45).

O segundo documento, “Metodologia para multiplicadores: curso de qualificação para profissionais de saúde, educação e assistência social”, tem por objetivo possibilitar a capacitação de profissionais na orientação e acompanhamento de famílias sob os aspectos do desenvolvimento infantil (UNICEF, 2018, p. 45). O terceiro e último documento, o “Apoio psicossocial a mulheres gestantes, famílias e cuidadores de crianças com Síndrome Congênita por Vírus Zika e outras deficiências: guia de práticas para profissionais e equipes de saúde”, apresenta meios de acolhimento psicológico às famílias de crianças com a SCZv (UNICEF, 2018, p. 45).

Também foram possibilitados pelo projeto Redes de Inclusão, cinco vídeos disponíveis na plataforma do *Youtube*, no qual apresentam atividades de estimulação de apoio ao desenvolvimento da criança com a SCZv e outras deficiências, com orientações e cuidados no momento da estimulação cognitiva, visual, auditiva e motora. Cada vídeo apresenta uma série de atividades com base na especificidade de cada estimulação, sendo eles “Conhecendo o kit multissensorial”; “Estimulação visual”; “Estimulação auditiva”; “Estimulação motora”; e “Estimulação auditiva, visual e motora”.

A metodologia envolvida no projeto Redes de Inclusão contou com a participação e escuta de vários setores envolvidos no atendimento às crianças com a síndrome, envolvendo as famílias, o que deu o tom diferencial para que o projeto se desenvolvesse. Segundo a UNICEF (2018), houve a organização de duas rodas de diálogos entre as instituições participantes e as famílias com crianças com a SCZv e crianças com necessidades específicas:

Em parceria com a Fundação Altino Ventura, o UNICEF organizou duas rodas de diálogos envolvendo todos os parceiros estratégicos, incluindo Ministério da Saúde, ONU Mulheres, secretarias municipais de Recife e Campina Grande, Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, representantes da UFRPE e de outras instituições envolvidas no projeto, mães e cuidadores de crianças com SCZv e outras deficiências (UNICEF, 2018, p. 20).

Posteriormente, foram realizados três grupos focais, nos quais dois foram realizados com as mães das crianças com a SCZv, sendo um grupo focal com mães

que já participavam das atividades de apoio psicossocial da FAV e outro grupo focal com mães que começavam a entrar nesse novo universo de mães de crianças com a SCZv, tendo participado dos dois grupos focais, 12 participantes, além disso, outro grupo focal foi realizado com nove profissionais (UNICEF, 2018, 20).

Foram relatados dentre outras coisas, o despreparo dos profissionais da área da saúde no contexto do diagnóstico, de modo a assustar as famílias causando prejuízos psicológicos, dores emocionais e medo diante da incerteza do futuro com as crianças diagnosticadas com a SCZv (UNICEF, 2018, p. 20), além de evidenciarem as mazelas da nossa sociedade, falida moralmente diante do preconceito arraigado.

Outro problema evidenciado é a questão financeira dessas famílias, pois, embora o tratamento seja ofertado de modo gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), há o gasto que envolve aspectos de locomoção, além do abandono do emprego para que se possa dedicar de modo integral ao tratamento das crianças, o que nos mostra uma realidade difícil para essas famílias, com uma rotina pesada, mas de muito amor e cuidados (UNICEF, 2018, p. 20).

Por outro lado, na escuta à profissionais da área de saúde, foram relatados aspectos de abalo diante do novo contexto, insegurança e acúmulo de atividades, evidenciando a própria necessidade formativa diante deste cenário para conseguirem dar conta das novas demandas (UNICEF, 2018, p. 20).

O projeto Redes de Inclusão se organizou em três eixos de atuação, considerados estratégicos após a escuta realizada nos grupos focais, sendo o primeiro eixo o “Trabalho com as mulheres gestantes, as famílias e os cuidadores.”, o segundo eixo “Trabalho com os profissionais de saúde, educação e assistência social: ações de planejamento reprodutivo e capacitação dos profissionais” e o terceiro e último eixo “Atenção integral e integrada, e atuação em rede, por meio da articulação de diversos órgãos, entidades e serviços”.

O primeiro eixo, “Trabalho com as mulheres gestantes, as famílias e os cuidadores” baseou-se na escuta das mães, familiares e cuidadores para a validação da cartilha “Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento” e do kit de estimulação multissensorial, ouvindo a opinião dessas pessoas para a confecção final do material, corrigindo os erros e adequando-o para uso posterior.

De acordo com a neuropsicóloga e professora doutora da UFRPE, Pompéia Villachan-Lyra: “Elas trouxeram informações muito importantes. Por exemplo, sobre o momento da alimentação, considerado como um dos mais desafiadores por causa da possibilidade de refluxo ou da dificuldade de deglutição. Revimos para incluir as observações delas” (UNICEF, 2018, p. 23). Foi a partir da escuta das mães de crianças com a SCZv e outras necessidades específicas, que foi possível adequar de forma correta a confecção dos materiais que compõem o kit de estimulação e validá-lo posteriormente.

O segundo eixo, “Trabalho com os profissionais de saúde, educação e assistência social: ações de planejamento reprodutivo e capacitação dos profissionais”, teve como base a formação profissional dos agentes envolvidos, uma necessidade que foi evidenciada pelos grupos focais realizados pela Unicef em parceria com a Fundação Altino Ventura. Foram envolvidos 262 profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social para serem capacitados, estes, como multiplicadores da metodologia de apoio a estimulação de crianças com necessidades específicas em suas residências (UNICEF, 2018, p.23). Houve uma orientação em específico aos profissionais da área de saúde sobre como dialogar com as mães de crianças com a SCZv, esclarecendo como seria realizada uma abordagem de escuta e de acolhimento de modo a não causar danos psicológicos a elas como foi relatado no grupo focal (UNICEF, 2018, p.23).

A metodologia de trabalho utilizado para a capacitação profissional neste segundo eixo consistiu em dividir um grupo de 40 profissionais em subgrupos, de modo a trabalharem os temas norteadores em “estações”. Os temas trabalhados foram: “auditiva e linguagem”, “alimentação”, “motora e visual”. Cada tema foi trabalhado de modo a contribuir com a capacitação profissional de cada grupo durante 40 minutos em cada estação, trazendo vivências da vida prática para serem discutidas na formação (UNICEF, 2018, p.23).

O terceiro e último eixo que constitui o projeto Redes de Inclusão é o de “Atenção integral e integrada, e atuação em rede, por meio da articulação de diversos órgãos, entidades e serviços” significando o trabalho realizado em rede, nos mostra a importância da comunicação e do trabalho intersetorial, envolvendo diversos profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social. Durante a formação, os profissionais tiveram a oportunidade de elaborarem um Plano Integrado de Cuidado (PIC), baseado no “Projeto Terapêutico Singular (PTS)” no

qual é utilizado como forma de acompanhar o paciente de modo individualizado e personalizado, a partir da perspectiva de se trabalhar de modo individual e personalizado cada criança com necessidades específicas.

O PIC possibilita o apoio ao desenvolvimento infantil em diferentes ambientes, permitindo ser registrado por meio de acompanhamento, a evolução de cada caso de modo individual, podendo ser feito e articulado entre diferentes profissionais e instituições (UNICEF, 2018, p. 25).

Tais eixos demonstram o trabalho em conjunto que foi realizado para que houvesse o atendimento das crianças com a síndrome congênita, havendo a formação de um grande grupo de interesses em prol dessas crianças, aliando o conhecimento profissional e a demanda urgente em poder auxiliar as famílias que necessitavam de ajuda com os seus filhos.

A intersetorialidade presente neste projeto possibilitou a capacitação de profissionais de áreas diferentes e dos familiares para poder lidar com as crianças com a síndrome, não atendendo somente a elas, mas outras crianças com necessidades específicas também.

A escuta das famílias dessas crianças foi fundamental para a real compreensão da situação vigente e o que seria necessário fazer para poder acolher tal demanda, acolhendo desta forma essas famílias. Segundo dados disponibilizados pela Unicef (2017), foram 380 kits multissensoriais distribuídos para a estimulação das crianças que apresentam atrasos no desenvolvimento, 262 profissionais capacitados das áreas de saúde, educação e assistência social, 402 profissionais da área de saúde para o atendimento clínico-assistencial, 9.541 pessoas capacitadas para eliminarem focos do mosquito *Aedes Aegypti* e 1.016 crianças e adolescentes orientados para atuarem como agentes de mobilização em parceria com o governo (UNICEF, 2017, p. 4).

Ainda de acordo com a Unicef (2017), os ganhos advindos do projeto foram para além dos próprios números, mas em relação à capacidade de organizar pessoas de diferentes áreas e setores para participarem do Redes de Inclusão, a capacitação ofertada para estas pessoas como forma de fortalecer o trabalho realizado em rede, a parceria público e privado para viabilizar o projeto, beneficiando diretamente as famílias e os cuidadores, apoio às famílias com crianças com a síndrome congênita e outras necessidades específicas, a criação dos kits multissensoriais a partir de materiais baratos e acessíveis a todos, tais como “bolas,

esponjas e copos coloridos”, podendo ser trabalhados em domicílio e na creche (UNICEF, 2017, p. 5).

O projeto Redes de Inclusão se articulou como um grande catalisador de ações em prol das famílias de crianças com necessidades específicas, de modo a integrar vários agentes de instituições diferentes em uma grande rede de inclusão, movimentando-se no sentido da escuta e da integração, da capacitação profissional e da formulação de políticas públicas assistenciais, de modo a acolher e garantir às famílias os direitos das crianças com deficiência a um atendimento sensível e de qualidade nos postos de saúde, a um acompanhamento educacional especializado com capacitação de professores e de cuidadores com o uso dos guias orientadores e do kit multissensorial possibilitados pelo projeto.

Dentre outras atividades criadas pelo projeto, houve o planejamento de atividades que objetivam a estimulação precoce das crianças com a SCZv e outras deficiências, possibilitando que familiares e cuidadores pudessem realizar intervenções não apenas nos hospitais ou nas escolas, mas em casa.

Seu objetivo foi elaborar e implementar uma metodologia de intervenção para a atenção integral e humanizada de mulheres gestantes, famílias e cuidadores de crianças com Síndrome Congênita do Zika vírus (SCZv) e outras deficiências, com base na união de esforços de várias instituições governamentais e não governamentais a fim de apoiar ações que beneficiam diretamente essas pessoas (UNICEF, 2018, p.17).

O projeto Redes de Inclusão resultou em uma série de conquistas, dentre elas identificando as demandas das famílias das crianças com a síndrome e outras deficiências, integrou ações entre diferentes setores de instituições governamentais e não governamentais, capacitando os profissionais por meio de ações formativas, possibilitou um amplo diálogo sobre os direitos das crianças com necessidades específicas e o seu atendimento no setor público, o amplo empoderamento das famílias com relação aos cuidados e direitos dos seus filhos, de acordo com a Unicef (2018, p.33):

O projeto Redes de Inclusão possibilitou o diálogo entre gestores, profissionais e famílias ampliando o processo de participação em termos de investimentos sociais, políticas e iniciativas públicas e apoio às decisões a serem tomadas por autoridades públicas, parceiros e famílias de cada município.

O alcance do projeto nas cidades de Recife (PE) e Campina grande (PB) foi bastante significativo, segundo o projeto Redes de Inclusão, foram distribuídos 380

kits multissensoriais, 262 profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social foram capacitados para serem multiplicadores do método, 402 profissionais da área de saúde foram qualificados para darem aulas formativas para outras unidades, 9.541 pessoas foram capacitadas para se tornarem agentes voluntários no combate ao mosquito, 1.016 crianças e adolescentes foram treinadas como agentes de mobilização e 5.150 exemplares impressos de documentos oriundos do projeto (UNICEF, 2018, p. 38).

1.2 Caminhos da educação inclusiva no Brasil

Para compreender o percurso da Educação Inclusiva no Brasil, foi necessário a realização de diversas leituras sobre o tema, a partir dos documentos oficiais disponibilizados pelo portal do Ministério da Educação (MEC) e demais autores disponíveis em bases de artigos como o SCIELO, a fim de esclarecer as diferenças entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva, que por muitas vezes gerou certa confusão em suas definições e no uso das diversas nomenclaturas utilizadas na literatura e por acadêmicos.

Tendo por objetivo elucidar tais diferenças, foi necessário compreender os marcos históricos e normativos da Educação Especial no Brasil. Inicialmente, o acesso à escolarização no nosso país não era para todos, sendo a lógica excludente uma característica comum ao nosso sistema educacional, privilegiando a elite em detrimento aos pobres. Seguindo esta lógica, as escolas brasileiras promoveram a inclusão e ao mesmo tempo a exclusão, no sentido de mesmo que se universalizasse o acesso à educação, excluiriam pessoas e grupos considerados diferentes ou fora dos padrões. MEC/SEESP:

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. (MEC/SEESP, 2007)

No Brasil, a Educação Especial teve a sua origem na criação do atendimento educacional especializado, uma alternativa ao ensino comum que não dava conta das demandas de ensino para as pessoas ditas “anormais” à época, tendo sido criadas instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais (MEC/SEESP, 2005). Observou-se então, uma forte influência da área médica para os conceitos de “normalidade e anormalidade”, originando formas de atendimento clínico-terapêuticos com testes e diagnósticos que deram início às escolas especiais para alunos com deficiência. Segundo Glat e Fernandes (2005):

A Educação Especial se constituiu originalmente como campo de saber e área de atuação a partir de um modelo médico ou clínico. Embora hoje bastante criticado, é preciso resgatar que, como lembra Fernandes (1999), os médicos foram os primeiros que despertaram para a necessidade de escolarização dessa clientela que se encontrava “misturada” nos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, principalmente no caso da deficiência mental. (GLAT E FERNANDES, 2005, p.1)

A origem do atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência se deu no Brasil Império, tendo sido criados duas instituições à época: Em 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, sendo atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC), e em 1857 foi criado o Instituto dos Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos situados no Estado do Rio de Janeiro. Já no início do século XX, foi fundado em 1926 o Instituto Pestalozzi, que teve como atribuição atender pessoas com deficiência mental; Em 1954 foi fundada a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e em 1945 foi criado por Helena Antipoff, o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação ligada à Sociedade Pestalozzi (MEC/SEESP, 2005, p. 10).

A partir de 1961, é criada a LDBEN, Lei nº 4.024/61, que fundamentava o atendimento educacional para pessoas com deficiência, que garantia o direito de pessoas tidas como “excepcionais” o acesso à Educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (MEC/SEESP, p. 10. 2005). Em 1971, esta lei foi alterada para a Lei nº 5.692/71, passando a definir como “tratamento especial” aos alunos com deficiências físicas, mentais, com atraso no desenvolvimento em relação a idade e os superdotados, deixando de oferecer um ensino que atendesse a essas especificidades de forma mais direta, direcionando esses educandos para instituições e salas especiais (MEC/SEESP, 2005, p. 10).

Em 1973, foi criado pelo MEC o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), que teve por objetivo gerenciar a pasta de Educação Especial no Brasil, integrando as iniciativas educacionais para pessoas com deficiência e pessoas com superdotação, tendo sido consideradas campanhas assistenciais e isoladas do Estado (MEC/SEESP, 2005, p. 10).

Em 1988, com a Constituição Federal, é observado a inclusão de todos como um dos objetivos fundamentais constitutivos, sendo “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV), definindo no artigo 205 a Educação como um direito de todos:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (MEC/SEESP, 2007)

A partir desta breve linha do tempo, podemos observar que por muitos anos, a Educação Especial no Brasil se apresentou como uma modalidade de ensino alternativo ao ensino regular, sendo considerado como um suporte a essas escolas, não havendo em sua organização a proposição de uma inclusão escolar, mas a lógica segregacionista do ensino, afastando das escolas regulares os alunos com necessidades específicas. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que se observou o conceito de “inclusão de todos”, dando aos grupos minoritários e segregados, a perspectiva de Educação para todos, ofertando um atendimento educacional especializado para os educandos com necessidades específicas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, artigo 55, reforça o direito de Educação para todos, ao afirmar que “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

A partir da década de 90 em diante, observamos mudanças importantes na Educação Especial, agora considerada como uma modalidade de Educação Especial sob a perspectiva de Educação Inclusiva em escolas regulares, não sendo

mais considerada uma modalidade paralela a Educação regular, mas fazendo parte dela de forma transversal (MEC/SEESP, 2005)

Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, seria a forma mais apropriada para o atendimento de alunos que apresentavam deficiência ou que não se adequassem à estrutura rígida dos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à sua dimensão pedagógica. O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial. (MEC/SEESP, 2005, p. 14-15)

Sob a perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a dimensão pedagógica da escola, possibilitando o atendimento especializado de crianças e de adolescentes com necessidades específicas, por meio de salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e integrando-as em salas regulares de ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014), mais especificamente a meta 4 (quatro), prevê a universalização do ensino de crianças e de jovens entre 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com necessidades educacionais específicas, o acesso ao ensino básico com atendimento especializado dentro da escola, preferencialmente em uma rede regular (PNE, 2014, p. 24).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN/ LEI nº 9394/96), artigo 58 inciso 3, também garante aos educandos entre 0 (zero) e (seis) anos a oferta de Educação Especial, sendo dever do Estado garantir este direito. O artigo 59 desta lei assegura também:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDBN/ LEI nº 9394/96)

Ressaltamos que as matrículas de pessoas com necessidades específicas em escolas regulares não garantem a verdadeira inclusão dessas pessoas, pois os professores deverão estar preparados para o desafio da inclusão, não basta apenas estar inserido em um meio social como forma de localização da pessoa em uma instituição, mas garantir o direito a aprendizagem significa ter professores de um modo geral, capacitados para fazê-lo, tendo subsídios pedagógicos suficientes para incluir essas pessoas, promovendo atividades coerentes ao aluno e a sua necessidade específica, bem como ter acesso a recursos que garantam tais atividades.

Não cabe somente ao professor garantir a inclusão desses alunos, mas ao Estado garantir subsídios suficientes para fazê-lo, garantindo formação continuada na área de Educação Inclusiva e demais áreas afins, recursos pedagógicos para serem utilizados em salas de AEE e nas salas regulares, capacitação da gestão escolar e da coordenação pedagógica para a compreensão da importância da verdadeira inclusão nas escolas e como é possível fazê-lo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, Nº 9394/1996), define no artigo 205 que a educação é um direito de todos, garantindo o desenvolvimento do indivíduo e o pleno exercício da cidadania e a qualificação profissional da pessoa. Ora, se a educação é um direito de todos, a inclusão das crianças com a síndrome congênita nas creches é um direito também, haja vista as especificidades que esta condição apresenta, demandando um acompanhamento de profissionais capacitados para garantirem o desenvolvimento dessas crianças. No artigo 206 da LDBN nº 9394/1996, é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado no ensino básico.

No entanto, apenas a formação inicial dos professores não dá conta de abraçar todos os desafios de uma sala de aula para lidar com crianças com deficiência, mas um planejamento bem-feito com base em documentos oficiais, uma boa relação entre gestão e docentes, um bom trabalho pedagógico como facilitador das atividades escolares, podem ser indicadores de um caminho de inclusão escolar para estas crianças. É interessante afirmar que a profissão docente é um longo

caminhar de estudos e de aperfeiçoamento por meio da leitura, estudos, formação continuada, sendo naturalmente necessário buscar se especializar em alguma área de interesse e mesmo assim, o conhecimento nunca será definitivo, mas o suporte dado pelas políticas inclusivas e de formação continuada é um direcionamento para que o profissional compreenda a sua sala de aula de uma forma diferenciada.

Para Tavares; Santos e Freitas (2016), “a formação desse profissional pode influenciar, de diversas maneiras, sua atuação no âmbito da sala de aula. Essa formação será a base de seu desempenho e a preparação para situações que advirão em seu cotidiano”. Portanto, compreendemos que o professor(a) exerce fundamentalmente o papel de mediador do conhecimento para com os seus alunos no contexto escolar, estando sempre em contato com os seus alunos durante todo o ano letivo. Ninguém melhor que este profissional para conhecer bem as conquistas dos seus alunos e as suas dificuldades de aprendizagem. Pela força da sua profissão, o docente é um permanente estudioso, pois, como professor(a), deve estar sempre atualizado enquanto mediador do conhecimento, se reciclando e se renovando.

Um dos desafios encontrados pelos professores é como lidar com o aluno que tem dificuldades intelectuais importantes, como incluir a criança que apresenta dificuldades de aprendizagem e de socialização em sala, pois, nem sempre há um suporte por parte da escola para estes casos, embora as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, N°9394/1996), preveja a inclusão dessas crianças nas escolas. Para dar conta dessas demandas, a formação continuada dos professores é alvo de políticas públicas que garantam esta formação, como resposta às necessidades educativas especiais desses alunos. O artigo 59 da LDBN 9.394/96 (BRASIL, 1996) garante que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Essa diretriz refere-se à formação especializada para professores que trabalhem diretamente com crianças que necessitem desse acompanhamento, sendo estes profissionais lotados em salas de atendimento educacional especializado (AEE) ou em salas de recursos multifuncionais. A escola é um

ambiente de constante aprendizagem, a criança com deficiência tem o direito a um acompanhamento profissional de qualidade, além de poder ter a oportunidade de desenvolver-se emocionalmente por meio das relações afetivas entre ela, os professores e os coleguinhas. Essas experiências fortalecem as relações e ajudam a criança com a deficiência a se inserirem em um grupo, a se sentirem parte de algo no qual elas são importantes e merecem toda atenção, sendo inseridas na sociedade.

1.3 Importância da intervenção precoce na escola como espaço de promoção do desenvolvimento de bebês e crianças com a SCZv

A criança que apresenta alterações no desenvolvimento necessita de atividades que promovam o seu desenvolvimento global (auditivo, motor, visual e habilidades cognitivas e afetivas) e o ambiente escolar é um espaço importante na promoção de estímulos e apoio à criança, pois possibilita para ela vivenciar as experiências comuns à infância, pelo convívio com seus pares e outros adultos que não sua família, pelas brincadeiras e atividades pedagógicas adaptadas, experiências estas ofertadas exclusivamente pelo ambiente escolar, não devendo ser negada à criança o direito de estar na creche.

Para compreender a importância da intervenção precoce para uma criança com a SCZv na escola por exemplo, é indispensável trazer alguns aspectos do neurodesenvolvimento infantil para as nossas discussões, e a expressividade desse desenvolvimento neuronal se dará também por meio das experiências da criança, revelando a forma como se socializa com o meio e as suas diversas dimensões, de acordo com o Ministério da Saúde (2016):

Pode-se dizer que a aquisição de marcos de desenvolvimento pelas crianças depende do funcionamento do SNC e de outras dimensões do funcionamento orgânico, bem como da carga e da qualidade dos estímulos e das relações que a criança vivencia (MS, 2016, p.11)

As experiências oferecidas no ambiente interferem no processo do desenvolvimento infantil, influenciando diretamente no Sistema Nervoso Central (SNC). Neste sentido, boas ou más experiências promovem construções sinápticas

que serão podadas com o tempo, influenciando posteriormente na fase adulta da pessoa. Durante os três primeiros anos de vida, o cérebro molda-se rapidamente, a depender das experiências vividas, o que os pesquisadores vão chamar de “plasticidade cerebral”. Nessa fase da vida, o cérebro tem uma capacidade maior de adaptação, buscando superar dificuldades na sua organização estrutural e de funcionamento neurológico (VILLACHAN-LYRA E ALMEIDA, 2019, p. 10).

É neste momento que se abrem as “janelas de oportunidades” e é aqui que compreenderemos a importância da intervenção precoce sobre o desenvolvimento das crianças com atraso. Como destacam Villachan-Lyra e Almeida (2019, p. 10),

Janelas de oportunidades são períodos críticos nos quais o neurodesenvolvimento de determinadas áreas está mais suscetível para receber influências do ambiente e modificar-se em função dessas influências.

Neste sentido, a importância do acolhimento dos bebês e crianças com SCZv nas creches se dá pelo direito à inclusão escolar, pois elas precisam vivenciar atividades que o currículo da Educação Infantil oferece, considerando que a adaptação dessas atividades são primordiais para que possa acontecer a inclusão dessa criança na pré-escola. Obviamente, não podemos pensar na inclusão dessas crianças em espaços escolares, sem considerar que os professores e os ADI precisam passar pela formação adequada para poderem ter autonomia, pois como trabalharem atividades de reabilitação que apoiem o desenvolvimento global dessa criança, sem antes terem ampliado os conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil e os seus marcos?

Possibilitar brincadeiras que ofereçam estímulos, para que então se promova respostas comportamentais e a maturação desse desenvolvimento no ambiente escolar à criança certamente não é fácil, mas com paciência e conhecimento será possível superar os desafios que o contexto se impõe. Importante ressaltar que a inclusão dessa criança precisa ter suporte nos conhecimentos dos profissionais da creche, a partir da sua formação, na adaptação da estrutura física do ambiente, no planejamento pedagógico inclusivo e no acolhimento aos bebês e crianças com a SCZv e outras alterações no desenvolvimento. Para Villachan-Lyra e Almeida (2019):

O primeiro desses desafios diz respeito ao próprio acolhimento por parte da escola, e “acolher”, nesse caso, não é igual a “ter vontade

política de receber” ou apenas colocar no ambiente escolar. Equivale a um conjunto de medidas que viabilizam esse acolhimento, tais como adequação da infraestrutura de acessibilidade e recursos humanos que realmente promovam essa inclusão, envolvendo qualificação dos funcionários e educadores (VILLACHAN-LYRA E ALMEIDA, 2019, p. 12)

Nesse novo contexto, esses profissionais deveriam ter uma formação que desse conta do que é a SCZv e como ela compromete o desenvolvimento global da criança, compreendendo quais são as suas características e a partir deste conhecimento, poder intervir precocemente por meio de brincadeiras com objetivos pedagógicos. Assim, poderão promover o desenvolvimento da criança de modo lúdico, tornando-se o principal caminho de aprendizagem e de superação das dificuldades impostas pelas limitações da SCZv.

No entanto, o que observamos é que há uma carência de formação continuada que dê conta de acolher estas crianças na pré-escola, bem como poucos materiais sobre essa temática, incluindo os documentos do projeto Redes de Inclusão, documentos oficiais do Ministério da Saúde, alguns artigos sobre a SCZv direcionadas para o público da área de saúde e poucos livros sobre esta temática, abrindo uma lacuna entre a inclusão dessas crianças e a Educação. Abaixo serão descritos alguns desses documentos, que serão investigados na presente pesquisa.

1.4 Descrição dos documentos do Projeto Redes de Inclusão

A seguir, serão descritos brevemente os objetivos e conteúdos que estruturam e orientam os guias de estimulação às crianças com atrasos no desenvolvimento, possibilitando o diálogo entre as famílias dessas crianças, com os profissionais envolvidos. Ressalta-se que o tópico 1.4.1 refere-se à descrição do Guia de orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento, no qual tem por objetivo apresentar orientações à profissionais da Educação, cuidadores e familiares, sobre atividades de estimulação às crianças com alterações no desenvolvimento visual, auditivo, motor e cognitivo, diferenciando-se do tópico 1.4.2, que apresenta uma descrição do Guia de orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento.

Este guia traz informações sobre os cuidados às crianças que apresentam alterações no desenvolvimento, com conhecimentos que podem ser utilizados em casa ou na escola, apresenta também uma lista de quais Unidades Básicas de

Saúde (UBS) poderão ser utilizados pelas famílias, tais como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros Especializados em Reabilitação (CER), Serviços Educacionais e de proteção e assistência social (CRAS e CREAS) e especifica orientações sobre alimentação, cuidados, posicionamentos, uso de utensílios, higiene da boca e estímulo da sensibilidade oral, disfagia, refluxo, sonda nasogástrica, cuidados com alimentação e etc.

1.4.1 Descrição do Guia de orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento

Este guia tem por objetivo apresentar orientações à profissionais da Educação, cuidadores e familiares, sobre atividades de estimulação às crianças com alterações no desenvolvimento visual, auditivo, motor e cognitivo. Este documento contém 48 páginas e está subdividido em 11 seções, com ilustrações bonitas e de linguagem de fácil compreensão para o leitor(a). Este guia apresenta uma linguagem afetiva e ao mesmo tempo profissional, possibilitando ao leitor(a) se aproximar do universo infantil com docilidade, mas sem perder a dimensão profissional.

Logo na apresentação do documento, a família é convidada a colar uma foto dela e dizer como ela é composta, em seguida, há uma apresentação dos objetivos do guia, direcionando o documento aos familiares, cuidadores e demais profissionais das políticas básicas, tais como saúde, educação e assistência social (UNICEF, 2017). As orientações são iniciadas no tópico “Conhecendo as orientações”, no qual apresenta a importância de se estimular crianças de 0 à 3 anos de forma adequada, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Ao longo do texto, há sempre um cuidado especial para que seja realizado o diálogo entre a família e os demais profissionais, sugerindo dicas como: identificar as atividades que a criança gosta e que possibilita bem-estar, relatar aos profissionais como realizou as atividades de estimulação e como a criança reagiu aos estímulos, relatar sobre quais dificuldades foram identificadas ao realizar as atividades, orienta para que os pais ou cuidadores relatem sobre as suas angústias e dificuldades, orienta para que descreva quais foram as observações sobre as evoluções no desenvolvimento da criança, organizar a casa para que as atividades

sejam realizadas e compartilhar experiências com outras famílias (UNICEF, p. 7. 2017).

O guia ainda orienta que se compreenda os limites de cada criança, não forçando para além do que ela consegue, esta conquista deverá ser trabalhada aos poucos, respeitando os limites de cada uma, pois segundo o documento: “Respeite o ritmo da criança aguardando as respostas dela e, ao mesmo tempo, estimulando para ver como reage” (UNICEF, 2017, p. 11).

Outra observação que o guia traz é o de ir mostrando para a criança o que o adulto fará, mostrando cada objeto no banho, para que serve e como usar, também permitindo a ela que manuseie cada um, assim, será possível que a criança conheça os objetos, saiba para o que serve e possibilita para as crianças estimular a visão, audição e a fala (UNICEF, 2017, p. 21).

Identificamos que há uma explicação sobre a importância das atividades descritas nos documentos, levando a consolidar o objetivo inicial deste documento, que é o de demonstrar ao longo das atividades rotineiras, as possibilidades de estímulos e os benefícios que se proporcionam à criança com atraso no desenvolvimento, além de possibilitar o fortalecimento das relações entre ela e o adulto, conduzindo os momentos de estimulação com afetividade, cuidado e segurança para criança. Na sequência, há a orientação para realizar estímulos específicos, tais como: a estimulação visual, estimulação auditiva e de linguagem, estimulação motora e a estimulação do desenvolvimento.

E por fim, o guia relaciona a escola com o desenvolvimento das crianças, evidenciando a importância de se ter profissionais seguros e preparados para receber essas crianças que trazem consigo necessidades tão específicas. A união entre escola, família e demais profissionais trazem para a criança um acompanhamento diferenciado, contribuindo no progresso do desenvolvimento dela, formando uma rede de inclusão.

1.4.2 Descrição do Guia de cuidado da criança com alterações no desenvolvimento

Este documento em versão *in press* contém 28 páginas, com informações sobre os cuidados às crianças que apresentam alterações no desenvolvimento, com conhecimentos que podem ser utilizados em casa ou na escola.

O primeiro capítulo, denominado “O Conhecimento” traz um convite aos familiares e cuidadores para que se organizem enquanto grupos de “fortalecimento”

ou de “empoderamento”, em prol de juntos, superarem as dificuldades oriundas de uma situação inicial difícil, buscando construir segurança e cuidados.

Apresenta-se também a importância de se conhecer quais unidades básicas de saúde podem ser utilizados pelas famílias e cuidadores, buscando apoio às unidades oriundas da sua região, tais como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros Especializados em Reabilitação (CER), Serviços Educacionais e de proteção e assistência sociais (CRAS e CREAS), (UNICEF, 2017, p.5).

O segundo capítulo, ora denominado “Cuidando da criança com alteração no desenvolvimento” subdivide-se em 19 tópicos, com orientações sobre alimentação, cuidados, posicionamentos, uso de utensílios, higiene da boca e estímulo da sensibilidade oral, disfagia, refluxo, sonda nasogástrica, cuidados com alimentação, prisão de ventre, convulsão, hidrocefalia, deficiência auditiva e visual, orientações sobre a vacinação da criança, higiene e vestuário, cuidados no banho e no transporte, automedicação e seus riscos, além do brincar.

Esses itens que compõem o documento, servem de orientações para que os familiares, cuidadores e outros profissionais possam guiar-se corretamente nos cuidados adequados à criança que apresente alterações no desenvolvimento.

1.4.3 Descrição do kit de estimulação multissensorial

Segundo o Projeto Redes de Inclusão, foram confeccionados 380 kits de estimulação multissensorial, tendo sido distribuídos 255 kits para a cidade do Recife e 125 para a cidade de Campina Grande (UNICEF, 2018, p.41). Este kit foi planejado para ser distribuído entre às famílias de crianças com a SCVz e cuidadores para que fosse possível realizar as atividades de estimulação em casa ou na creche, tendo sido realizada uma escuta às mães de crianças com a SCZv para validarem este material, considerando adaptações e correções, além de serem de baixo custo e de fácil replicação. De acordo com a Unicef (2018, p. 29): “Ele foi adaptado, de acordo com as sugestões das próprias mães e dos profissionais, para atender melhor às necessidades das crianças com SCZv e teve seu custo reduzido de forma a ser acessível a um número maior de famílias”.

O kit foi confeccionado com materiais acessíveis e recicláveis, de modo a baratear os custos e que pudessem ao mesmo tempo ser de boa qualidade, contribuindo para o desenvolvimento da criança com necessidades específicas por

meio da estimulação visual, auditiva, motora e tátil (UNICEF, 2018, p.41): “O objetivo foi contribuir para que os pais ou o cuidador pudessem realizar a intervenção favorecendo o desenvolvimento da criança em casa. “Utilizamos materiais recicláveis e de baixo custo adequados a crianças com múltiplas deficiências”. Ainda de acordo com a Unicef, o kit multissensorial possui “[...] tapete sensorial, rolo, placas com listras e mamãe-sacode, lanterna, bolas e copos coloridos, esponja ou escova, chocalhos e lata de encaixe, colher, pulseira com guizos e móbile”(UNICEF, p.41, 2018).

O material explicativo contém duas páginas bastante ilustradas, de fácil compreensão e com dez passos descritivos de como utilizar o kit em casa ou na escola. Para cada item que compõe o kit, há um espaço dedicado para explicar os objetivos para quem se propõe o uso e como utilizar. O tapete sensorial é o primeiro item a ser trabalhado no fôlder, este material tem por objetivo realizar atividades que estimulem o desenvolvimento motor, visual e tátil da criança, devendo ser utilizado o lado preto e branco para cima, devendo a pessoa que for estimular a criança mostrar para ela as cores do tapete, estimulando-a a tocar no material para que sinta a textura, sempre mostrando os detalhes dos desenhos, os demais objetos que forem utilizados serão colocados em cima do tapete (UNICEF, 2017).

Além disso, o projeto Redes de Inclusão possibilitou na plataforma do *Youtube* um vídeo “Conhecendo o kit multissensorial” tendo duração média de cinco minutos e vinte e sete segundos, no qual são apresentados os itens que constituem este kit e que vão apoiar de modo terapêutico a estimulação das crianças por meio das brincadeiras. O vídeo mostra que os materiais utilizados são de fácil acesso e de baixo custo, o que possibilita a qualquer pessoa montar o seu próprio kit para estimulação.

A seguir, apresentaremos as descrições de dois livros inclusos posteriormente a esta pesquisa, com o objetivo de se aprofundar mais sobre as temáticas relacionadas a SCZv e ao Desenvolvimento infantil, este último relacionado aos marcos de desenvolvimento infantil.

1.4.4 Descrição do livro Síndrome Congênita do vírus da Zika, microcefalia e outras alterações do neurodesenvolvimento: guia prático para profissionais de Educação

Este livro de autoria de Villachan-Lyra, P. e Almeida, E. (2019), busca responder a questionamentos recorrentes de profissionais da área de Educação

sobre como trabalhar com crianças que apresentam a SCZv, considerando aspectos como o quadro clínico dessa criança, quais os desafios a serem superados no ambiente da creche e como promover a inclusão dessa criança em uma rotina escolar, levando a uma reflexão importante sobre a prática pedagógica adequada na instituição.

Segundo as autoras, este livro não é caracterizado como um manual, mas como um guia de orientações com sugestões de atividades para o profissional que tenha o interesse em se aprofundar nos estudos sobre a inclusão de crianças com SCZv nas creches e sobre como isso é possível por meio de atividades pedagógicas e adaptações na rotina escolar.

O livro inicia com uma breve contextualização sobre a epidemia que se evidenciou em 2015, refinando o olhar para os profissionais da área de Educação, mais especificamente para os que trabalham em Educação Infantil, revelando os anseios e angústias desses profissionais diante do novo cenário que se configurava naquele momento.

Sob a perspectiva das neurociências, o livro traz informações referentes aos diagnósticos clínicos que caracterizam a microcefalia e a SCZv, considerando a “história, epidemiologia, descrição clínica, diagnóstico e tratamento” (VILLACHAN-LYRA E ALMEIDA, 2019), estudando as consequências dessa síndrome e sobre como o cérebro pode se adaptar nesta situação de abalo sobre o desenvolvimento neurológico da criança.

Outro aspecto que as autoras abordam é sobre as discussões referentes à escola sob a perspectiva da Educação Inclusiva, considerando este ambiente como um lugar de desenvolvimento infantil privilegiado e como a intervenção precoce (atividades de estímulo ao desenvolvimento) pode promover o desenvolvimento da criança com necessidades específicas neste ambiente.

Identificamos neste livro atividades que se adaptam à rotina de cuidados à criança na creche, tais como o momento do banho, troca de fraldas e roupas, alimentação, higiene pessoal, brincadeiras no parquinho, brincadeiras na salinha, brincadeiras com música, etc., observamos que as autoras buscam articular as atividades de rotina da creche com o currículo da Educação Infantil, de modo a adaptar essas atividades às crianças, ao mesmo tempo em que cumprem com as atividades propostas para o currículo previsto para esta modalidade de ensino.

Além disso, ao final do livro, encontramos várias sugestões de material complementar que podem ajudar os profissionais a pesquisar outros materiais que tenham temas relacionados à criança com a SCZv e outras alterações do desenvolvimento infantil, tais como livros e artigos, documentos oficiais, vídeos, cursos e congressos.

1.4.5 Descrição do livro Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores

Antes de iniciar a descrição deste documento, é importante observar que a inclusão deste livro na pesquisa se deu a partir da abordagem dele sobre a temática dos Marcos do Desenvolvimento Infantil, pois trata-se de uma temática relevante à identificação de crianças com a SCZv, mesmo que elas não apresentem o diagnóstico da microcefalia como um dos sintomas dessa síndrome, mas pode contribuir para a identificação de bebês e crianças com a SCZv, mas sem esse sintoma.

Este livro de autoria de Villachan-Lyra, Queiroz, Moura e Gil (2017), em parceria com o NINAPI/UFRPE e o Instituto ABCD, aborda aspectos do desenvolvimento infantil, fazendo um percurso importante pelo Neurodesenvolvimento, Relações afetivas na primeira infância e a Criança no início da vida, trazendo sugestões de atividades que contribuem para o desenvolvimento dos bebês e das crianças, adotando uma linguagem acessível para os leitores.

Identificamos que esta leitura é direcionada aos educadores e pais que queiram compreender mais sobre o desenvolvimento típico na primeira infância, relacionando este aspecto com as relações afetivas que se constituem nos espaços escolares e familiares entre crianças e adultos e como esta relação promove o desenvolvimento infantil. Além disso, observamos que as autoras abordam algumas características de crianças entre 0 e 5 anos com relação ao comportamento esperado para esta faixa etária, tornando-se uma referência para se compreender o desenvolvimento infantil nesta fase.

Identificamos também que são apresentadas para os leitores propostas de atividades com potencial de adaptação para serem realizadas com bebês e crianças, podendo ser brincadeiras realizadas em grupo ou individualmente, oferecendo possibilidades de momentos prazerosos de interação social no ambiente familiar ou escolar. Observamos também que este livro está baseado no diálogo entre o

conhecimento científico adquirido pelas pesquisadoras e o ambiente escolar, considerando a prática profissional dos que atuam nas creches e pré-escolas.

Encontramos também ilustrações bonitas e adequadas para o tema proposto, além de sessões que trazem informações importantes sobre o desenvolvimento infantil, neurodesenvolvimento e as relações afetivas na primeira infância, situando os leitores sobre o conceito de cada temática, apresentando ao longo do livro as fases infantis divididos entre o bebê de 0 a 3 meses, bebês de 3 a 6 meses, bebês de 6 a 9 meses, bebês de 9 a 12 meses, bebês de 1 a 2 anos, criança de 2 anos a 6 meses, criança de 3 anos, a criança de 4 a 5 anos e crianças de 5 anos.

O capítulo a seguir apresenta o nosso percurso metodológico, de modo a apresentar a natureza de pesquisa sob a perspectiva de Minayo (2002) e Gondin (2003), além de apresentar os participantes desta pesquisa que fizeram parte do grupo focal e do questionário *online*. Descrevemos também os nossos instrumentos, caracterizando e fundamentando sob a perspectiva de Veiga & Gondim (2001). Além disso, apresentamos a nossa metodologia de análise sob a base dos princípios da análise de conteúdo de João Amado (2017) e Bardin (1995) e por fim, trazemos os aspectos éticos com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, de acordo com a Resolução 510/16.

CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1 Natureza da pesquisa

A pesquisa realizada nesta monografia é de caráter qualitativo, pois investiga o movimento dinâmico dos acontecimentos sociais, impregnados de significados dentro de um contexto social, compreendendo o ser humano em suas múltiplas dimensões (MINAYO, 2002, p.15). É por meio das experiências sociais que o ser humano se constrói ao longo do tempo, diferenciando-se em relação ao meio, mas agindo sobre ele, explorando o conhecimento em suas mais variadas dimensões. Como afirma Gondin (2003):

a abordagem idiográfica, hermenêutica ou qualitativa destaca a diferenciação entre os dois tipos de objetos de estudo - o físico e o humano - ao admitir que, ao contrário do objeto físico, o homem é capaz de refletir sobre si mesmo e, através das interações sociais, construir-se como pessoa (GONDIM, 2003, p.150).

Para Minayo (2002, p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Neste sentido, a proposta de uma pesquisa qualitativa se adequou ao objetivo deste trabalho, uma vez que buscou identificar quais as avaliações das professoras, ADI e coordenação pedagógica a respeito dos documentos que foram gerados pelo *Projeto Redes de Inclusão Unicef*, validando ou não a sua utilização na prática cotidiana nas creches em que atuam em Recife. Além disso, foram adicionados posteriormente dois livros com temas relacionados à SCZv e ao Desenvolvimento infantil com o mesmo objetivo.

2.2 Participantes da pesquisa

Em relação aos participantes, fizeram parte do grupo focal, quatro professoras de um CMEI da Rede Municipal de Recife, para possibilitar a identificação de suas avaliações sobre os cinco documentos propostos para análise e validação, além disso, responderam individualmente a um questionário *online*, sete profissionais da área de Educação, sendo três profissionais ADI, um da coordenação pedagógica, um professor e dois que informaram não estarem trabalhando em escolas e nem a função que exercem.

2.3 Meios e instrumentos

Grupo Focal

Primeiramente, foi elaborado uma apresentação dos cinco documentos por meio de slides em *powerpoint*, com o objetivo de apresentar os três documentos do Projeto Redes de Inclusão e os dois livros sobre SCZv e Desenvolvimento infantil, tendo sido enviado com antecedência para todos os profissionais para que pudessem ler e estudar o material.

Para a realização do grupo focal, além do material de apresentação, foram preparadas três perguntas geradoras para cada documento a ser avaliado, organizando a apresentação em cinco blocos, pois para cada documento avaliado foi dedicado um bloco com três perguntas, totalizando cinco blocos. O grupo focal é uma técnica utilizada por pesquisadores que trabalham sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, buscando compreender quais os posicionamentos dos participantes em relação a um determinado tema. Gondin (2003) afirma que o uso do grupo focal possibilita metodologicamente se aprofundar em conteúdos específicos, possibilitando uma ampliação sobre o tema a partir da discussão proposta, pois:

A metodologia de pesquisa apoiada na técnica dos grupos focais considera os produtos gerados pelas discussões grupais como dados capazes de formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico. Neste caso, sem sombra de dúvida, torna-se necessário envidar esforços no sentido de compreender como o processo de discussão ocorre para que se avalie suas reais limitações e possibilidades. (GONDIN, 2003, p.158)

Ao eleger a realização de um grupo focal como método de construção dos registros, consideramos as avaliações das professoras da Educação Infantil como principal motivo para a realização de uma entrevista semiestruturada em grupo. De acordo com Gondin (2003, p. 151, *apud* VEIGA & GONDIM, 2001), “Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos”.

A escolha do método de grupo focal se deu a partir da compreensão de que é por meio da imersão no universo composto pelo Projeto Redes de Inclusão Unicef e instituições parceiras que foi possível o aprofundamento sobre o que é o projeto e quais suas possíveis contribuições na formação das professoras participantes. Além disso, foram levantados outras informações para compor um breve perfil dos

participantes desta pesquisa, como: formação, tempo de atuação na Educação Infantil, função exercida, idade, se atua em instituição pública ou privada e se atuavam ou não com crianças com a SCZv.

Questionário *online*

A escolha deste instrumento se originou na necessidade de se obter respostas individuais de profissionais envolvidos com a Educação Infantil, de modo a identificar como estas pessoas também avaliariam os documentos propostos nos objetivos desta pesquisa. Desta forma, este questionário se destinou a profissionais atuantes em creches ou CMEI, de instituições públicas ou privadas. Ressaltamos que os cinco documentos foram enviados por *e-mail* com um prazo de dez dias para leitura e preenchimento do questionário pelos participantes desta pesquisa. Este instrumento foi construído utilizando o *google forms* como suporte para esta etapa da pesquisa, tendo sido incluído no *e-mail* o *link* para acesso e preenchimento nesta plataforma. A estrutura do questionário foi construída da seguinte forma: buscamos primeiramente montar o perfil dos participantes, fazendo perguntas objetivas como nome completo, idade, *e-mail*, qual a função exercida na escola, se atuava em instituição pública ou privada, qual o tempo de atuação na Educação Infantil e se já trabalhou com crianças com a SCZv. Em seguida, foram disponibilizados cinco seções para a avaliação dos documentos, cada seção dedicada para um documento com oito perguntas objetivas, com espaço para justificativas e comentários adicionais. Desta forma, foi possível obter as avaliações dos participantes de modo individual, com o objetivo de identificar a avaliação e a contribuição de cada um desses documentos na prática pedagógica do profissional da Educação Infantil.

2.4 Metodologia de análise: Princípios da análise de conteúdo

A análise de conteúdo é um método no qual é possível representar, codificar e categorizar o discurso dos participantes do grupo focal, constituindo-se de um recurso capaz de analisar dados qualitativos, explicitando o real sentido das falas realizadas pelos participantes. A análise de conteúdo se caracteriza como um método utilizado nas ciências sociais para estudos que envolvam o conteúdo e as

mais variadas formas de comunicação, partindo de uma perspectiva de análise e frequência de palavras para a validação do seu significado, utilizando-se também de inferências interpretativas com base na compreensão da pessoa que investiga, permitindo analisar e considerar o contexto histórico no qual se aplica. Segundo João Amado (2017):

Podemos, pois, dizer que o aspecto mais importante da análise de conteúdo é o facto de ela permitir, além de uma rigorosa e objetiva representação dos conteúdos ou elementos das mensagens (discurso, entrevista, texto, artigo, etc.) através da sua codificação e classificação por categorias e subcategorias, o avanço (fecundo, sistemático, verificável, e até certo ponto replicável) no sentido da captação do seu sentido pleno (à custa de inferências interpretativas derivadas ou inspiradas nos quadros de referência teóricos do investigador), por zonas menos evidentes constituídas pelo referido 'contexto' ou 'condições' de produção (AMADO, 2017, p. 306-307).

Esta ferramenta possibilitou analisar vários documentos a partir da organização do conteúdo por meio de identificação de semelhanças e diferenças nas respostas dos profissionais, e a presente pesquisa buscou analisar de forma descritiva não somente os documentos referentes ao Projeto Redes de Inclusão e os livros sobre SCZv e Desenvolvimento infantil, mas também destacar as falas dos profissionais participantes do grupo focal e do questionário *online*, de modo a identificar quais as suas avaliações com relação a tais documentos e sobre como a leitura desses documentos contribuiu para prática pedagógica nas creches, o fazer pedagógico no acolhimento das crianças com a SCZv e outras necessidades específicas. A concepção de mundo é uma construção social do indivíduo a partir das suas experiências vividas, constituindo-se de subjetividade. Ainda de acordo com João Amado (2017):

Julgamos que esse é o aspecto que permite aplicar criativamente a análise de conteúdo a um leque variado de documentos (comunicações), muito especialmente sobre aqueles que traduzem visões subjetivas do mundo, de modo a que o investigador possa "assumir" o papel do ator e ver o mundo do lugar dele, como propõe a investigação de cariz interacionista e fenomenológico (AMADO, 2017, p. 306-307).

Após a coleta de todos os dados, foi realizado uma análise de conteúdo tanto do grupo focal, como dos participantes do questionário *online*. Foram os pressupostos de Bardin (1977), que inspiraram a análise de conteúdo dos dados coletados, a partir dos três polos cronológicos orientados pela autora: 1) A pré-

análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977, p.95).

2.5 Pressupostos de Bardin (1995) para a realização da análise de conteúdo

Para a autora, a forma de organização dos dados segue uma sequência que pode não ser necessariamente cronológica, assumindo um aspecto flexível no levantamento de dados (no sentido de escolha de procedimentos de análise), não deixando de lado a organização das etapas de procedimentos de análise. De acordo com Bardin (1995), o primeiro polo cronológico é o de Pré análise, é o momento da organização inicial dos documentos elencados para pesquisa, pois “Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1995, p.95).

Ainda de acordo com a autora não há uma ordem cronológica para a organização desses fatores, mas estão intrinsecamente ligados pelos objetivos propostos da pesquisa, pois “A pré-análise tem por objectivo a organização, embora ela própria seja composta por actividades. não estruturadas, “abertas”, por oposição à exploração sistemática dos documentos (BARDIN, 1995, p.95)”.

Nesta fase, houve a realização das primeiras leituras, no qual a autora denomina “leitura flutuante”, é neste momento que ocorreram as primeiras impressões a cerca do conteúdo. Com a realização de mais leituras sobre o referido tema, tornou-se natural que ocorresse o aprofundamento, isso permitiu o(a) pesquisador(a) imergir no material que foi analisado (BARDIN, 1995, p.96).

O segundo polo cronológico buscou a exploração do material, que consistiu na organização sistemática dos procedimentos, neste período em que ocorreram as operações de codificação, pois “Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efectuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente” (BARDIN 1995, p.101).

Por fim, o último polo cronológico da autora caracterizou-se pelo tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, o conteúdo inicial passa a ser significativo, a luz da análise com base em resultados, estruturando diferentes técnicas tais como, provas estatísticas e testes de validação, o(a) pesquisador(a)

tem a oportunidade de inferir (a partir dos resultados fidedignos), o conteúdo descoberto, possibilitando novas dimensões de análise (BARDIN, 1995, p.101).

2.6 Aspectos éticos

Todas as participantes do grupo focal assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o sigilo de dados pessoais (encontra-se anexo ao final desta monografia). Este documento foi importante para resguardar eticamente os(as) participantes desta pesquisa. A participação de cada entrevistado/a na pesquisa foi possível mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que obedece os requisitos também previstos nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, conforme Resolução 510/16.

CAPÍTULO III: RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE OS DOCUMENTOS PROPOSTOS

Neste capítulo serão apresentados os dados referentes à avaliação dos profissionais a respeito da contribuição de 5 documentos (abaixo mencionados) para o acolhimento de bebês com a SCVz em creches e pré-escolas. Cada um dos documentos será individualmente analisado considerando duas fontes de dados: Um grupo focal e um questionário digital respondido individualmente. O grupo focal foi realizado com quatro professoras atuantes em um Centro Municipal de Educação Infantil da cidade do Recife e o questionário com sete profissionais da educação infantil que se voluntariaram para analisar os documentos. Para todos os participantes, foram disponibilizados via mensageiro eletrônico cinco documentos, sendo três, parte do "Projeto Redes de Inclusão" promovido pela Unicef, são eles: 1. Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento, 2. Cuidando da criança com alterações do desenvolvimento: manual para familiares e cuidadores (esse ainda em etapa de revisão) e 3. Kit de estimulação multissensorial".

Os outros dois documentos são referentes a livros com temáticas relacionadas ao desenvolvimento infantil com base nas neurociências e inclusão escolar infantil, de co-autoria da professora Dra. Pompéia Villachan-Lyra, denominados: Síndrome Congênita do Zika Vírus, Microcefalia e outras alterações do Neurodesenvolvimento: Guia prático para profissionais de Educação (Villachan-Lyra e Almeida, *in press*); e Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores (Villachan-Lyra, Queiroz, Moura e Gil, 2018).

A seguir, apresentaremos as avaliações dos participantes a respeito das contribuições de cada um desses documentos na prática pedagógica do (a) profissional da Educação Infantil.

Para o cumprimento desta etapa, foi realizado um grupo focal com duração de 02:12:14, (Duas horas, doze minutos e quatorze segundos), tendo participado deste momento 4 professoras atuantes na mesma creche. O áudio obtido foi gravado por meio de recurso digital, transcrito e analisado, utilizando como inspiração os pressupostos de Bardin (1995).

Para essa etapa, inicialmente foi preparado um material de apresentação para as professoras, divididos em 5 blocos, nos quais cada um dedicado para cada documento avaliado pelas professoras. O objetivo desta organização era o de tornar esta atividade mais dinâmica, e as professoras responderem três perguntas para cada livro, de modo a identificar e compreender como as professoras avaliariam tais documentos. Além disso, foi aplicado um questionário *online* para que fosse possível obtermos respostas avaliativas também no formato individual. Para esse momento, obtivemos um número de sete respondentes, todos profissionais da educação infantil.

Antes de iniciar as discussões, pontuamos que o grupo de professoras que participaram do grupo focal caracterizou-se por tempo de atuação variando entre 12 e 28 anos, todas atuantes na Educação Infantil do mesmo CMEI. Perguntamos as profissionais se já haviam trabalhado ou se estavam trabalhando com crianças com a Síndrome Congênita causada pelo vírus da Zika (SCZv) e identificamos que nenhuma das professoras atuou até o momento com estas crianças. Como podemos observar, a chegada de crianças com a SCZv às creches ainda não ocorreu de modo regular, visto que as mães dessas crianças tem uma rotina muito intensa, pois cuidar de uma criança com esta síndrome (ou qualquer outra), demanda das famílias uma grande disponibilidade e dedicação, com idas diárias à clínicas de reabilitação, com acompanhamento médico e de outras especialidades que estejam envolvidas com os cuidados da saúde dessas crianças. Além disso, as mães dessas crianças afirmam não confiarem os cuidados delas nas creches, pois para elas não há estrutura física e nem formação profissional dos educadores que deem conta das atividades pedagógicas com as crianças, não oferecendo um suporte suficiente para que o acolhimento aconteça.

Com relação ao perfil do outro grupo de participantes que responderam ao questionário sobre “Contribuição de Material para a Prática Pedagógica”, observamos que grande parte das pessoas que contribuíram para a realização deste questionário atuam diretamente como Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI), totalizando 3 respondentes e os demais como 1 professor (a), 1 coordenador (a) e 2 declararam não trabalharem em escolas, a maioria destes, 6 profissionais estão atuando em creches de instituições públicas, com tempo de atuação na Educação Infantil variando entre menos de 5 anos, de 5 a 10 anos e mais de 30 anos. A idade dos participantes variou entre 30 a 35 anos, caracterizando-se como 4 entre os

respondentes, seguidos de 2 pessoas entre 40 e 45 anos e de 1 pessoa entre 50 a 55 anos. Para finalizar a caracterização dos profissionais que responderam ao questionário *online*, perguntamos aos participantes se eles já haviam atuado ou se estavam trabalhando com crianças que apresentassem a Síndrome Congênita causada pelo vírus da Zika (SCZv), e identificamos que nenhum dos profissionais trabalhou com essas crianças.

Embora a rotina dessas crianças esteja tomada por atividades de reabilitação em clínicas e hospitais, ressaltamos que o acesso à Educação é um direito previsto em legislação (Lei nº 8.069 de 1990), que diz que “Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa”.

Ora, sabemos que a criança com necessidades específicas têm seu desenvolvimento diferente, mas estar na creche sendo acompanhada por profissionais qualificados e convivendo socialmente com os seus pares, também é um direito, porém, também não podemos deixar de mencionar a necessidade de se dar aos profissionais de Educação um suporte formativo, estrutural e pedagógico para que esta inclusão possa ocorrer verdadeiramente.

3.1 Análise dos documentos

3.1.1 Primeiro documento: Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento

Iniciaremos esta seção apresentando os resultados obtidos no grupo focal e no questionário *online*, realizando uma análise comparativa entre os dois grupos investigados, identificando como os profissionais avaliaram cada documento a partir das semelhanças e diferenças nas respostas. No grupo focal, perguntamos como os profissionais avaliavam o guia sobre “Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento” e obtivemos as seguintes respostas:

[...] eu senti um pouco de dificuldade de entender algumas coisas, porque assim, como a questão das alterações do desenvolvimento não é algo muito simples pra mim né? Eu não conheço muita coisa sobre essas questões e aí pra mim eu vi que estava tudo muito legal, dentro do que eu conheço né? (Participante P1)

[...] achei ele bem didático, com relação as informações... eu acho que por ser um instrumento informativo e possibilitar essa comunicação ativa de quem tá lendo poder registrar, né? Aí pede pra colocar foto, pede pra registrar a construção da rotina aí pede pra registrar algumas coisas... (Participante P2)

[...] o que eu pude observar para o objetivo que ele se propõe, que é orientar a família, tá dentro da proposta, né? (Participante P3)

[...] a criança que tá sendo cuidada dialogando com o seu cuidador, essa estrutura que se montou pra criar este instrumento, né? Essas orientações desse documento, olhando assim a apresentação de uma forma geral eu também gosto (Participante P4)

Como podemos observar, a participante 1 sentiu um pouco de dificuldade com relação à leitura, pois por se tratar de um tema que aborda diretamente a questão do desenvolvimento infantil e cuidados, seria necessário para ela conhecer um pouco mais sobre o assunto.

Observando as outras falas, a questão da estrutura do documento é um ponto forte, visto que a linguagem se mostrou clara e objetiva, além de didático. Na fala da participante 4 é possível identificar exatamente isso.

Dando continuidade ao grupo focal, a segunda pergunta para este documento teve o objetivo de investigar como ele poderia contribuir para o acolhimento e intervenção no CMEI para a promoção do bebê com a SCZv, obtendo as seguintes respostas:

Eu acho que é isso mesmo, é o que se propõe, orientar, né? Assim, na creche, especificamente, a gente não tem só os professores né? A gente tem outros educadores que nem sempre passam por esse percurso né? De estudos nossos, então precisa também, acho que pode contribuir de forma positiva com os educadores de forma geral (Participante 1) .

Eu ampliaria aquele formulário no final, de acompanhamento e de desenvolvimento, acho que seria legal se por exemplo, chegasse uma família aqui e ler esse documento por exemplo e ela teria isso como um diário de campo dela mesmo. A creche já tem uma rotina dela a gente só adaptaria os momentos da rotina às necessidades específicas da criança (Participante 2).

Eu acho interessante... acho que o conhecimento é muito importante... as vezes a gente deixa de agir de uma forma ou de outra as vezes por falta de conhecimento, então... quanto mais conhecimento, melhor! E aí esse material traz algumas dicas que aparentemente é tão simples, mas se não estiver lá para dizer ou explicar o porque, as vezes passa despercebido... (Participante 3).

Eu acho que sim, contribui sim, a própria proposta de parar pra elaborar um documento diante da demanda que surgiu, já é interessante, já é válida porque quando você se debruça o seu olhar pra essa nova população, a gente já começa a querer saber, como disse, se a gente não tiver essas informações, toda informação que vem pra acrescentar, é válida (Participante 4).

Identificamos que para as professoras, este documento funcionaria como instrumento de acompanhamento que envolveria não somente os profissionais da instituição, mas se estenderia também para os familiares e cuidadores dessas crianças, de modo a fortalecer a rede de acompanhamento que seria construída para que ela seja bem acompanhada. Além disso, identificamos nas falas das professoras 3 e 4 a mesma perspectiva de compreensão, elas acreditam que, mesmo agindo de forma intuitiva, o conhecimento é válido para contribuir com as atividades de estimulação na creche, qualificando a própria prática a partir do conhecimento obtido com a leitura deste documento. Para Tardif (2002, p.35), toda ampliação do conhecimento passa pelo processo de aprendizagem e de formação, e quanto mais aprofundado for este processo, maior será este aprendizado, a partir do método e da estrutura, assim como acontecem com as pesquisas que originam os saberes contemporâneos.

A terceira e última pergunta que fecha este bloco se relaciona com as possíveis contribuições, críticas e sugestões de adequação dos profissionais a respeito desse documento. Esse espaço foi muito interessante para investigar como as professoras poderiam contribuir com críticas e sugestões, como podemos ver nas respostas a seguir:

Eu tenho uma sugestão, né? Só a de divulgar esse material... Na nossa unidade especificamente nós não temos uma criança com o Zika vírus, mas a gente tem com a síndrome (não especificou), mas a gente tem com outras crianças... e é o que a gente falou agora há pouco, a gente precisa dessa orientação também... (Participante 1).

Então, eu acho que a parte que fala de escola é bem pequenininha, né? E que realmente não foi o foco do documento, então eu falaria assim...volume dois, falando primeiro, que espaço é esse, que função social tem? O que significa essa criança ter direito a esse espaço? E o que essa família deve esperar desse espaço? O que esse espaço deve ter para que essa criança deva ter o seu direito garantido? Porque não depende só do professor, depende de estrutura, não só física, mas humana... (Participante 2).

Eu concordo muito com isso que a professora (...) falou, porque na verdade eu acho até que é uma discussão da área de educação, né? Qual é a função da escola, né? Aliás, pra educação infantil, pra quê que estamos aqui? E ainda existe uma confusão muito grande, né? (Participante 3).

O destaque que eu ia fazer é exatamente como (...) falou, foi isso... e só complementando a fala de (...), quando isso não tá tão claro, né? O que pode e o que deve ser feito na escola ou o quê que eu

enquanto professora consigo diante da limitação do espaço, diante da limitação dos apoios, né? É... isso precisa ficar claro mesmo... (Participante 4).

Uma perspectiva muito interessante que surgiu neste momento foi a de que se abrisse um espaço maior na discussão sobre o papel da escola na inclusão da criança, considerando a formação dos professores e a estrutura física, respeitando as possíveis adaptações que devem ser feitas no ambiente para que se ofereça um atendimento especializado para criança com necessidades específicas, como observamos na fala unânime das participantes. Além disso, ressaltamos também a sugestão de desenvolver a discussão específica sobre o papel da pré-escola no contexto da educação inclusiva, o que entendemos ser uma sugestão muito pertinente.

Os próximos resultados que serão apresentados a seguir estão relacionados ao grupo de participantes que respondeu individualmente ao questionário digital. Perguntamos para os participantes se este documento contribuiria ou não para a sua prática pedagógica, e observamos que todos os participantes afirmaram que este documento contribui para sua prática profissional. No que se refere às contribuições trazidas por esse documento para a atuação profissional das professoras, suas falas encontram-se apresentadas abaixo:

Esse documento traz informações importantes em relação ao desenvolvimento infantil (Participante 1).

O documento é um norteador para família e para os profissionais na busca de conhecimento sobre esta recente demanda (Participante 2). Contribuiu para facilitar a execução das atividades diárias no cuidado da criança com alterações no desenvolvimento (Participante 3).

Esse documento contribui na minha formação profissional orientando nas práticas escolares (Participante 4).

O documento oferece orientações práticas para desenvolvimento de intervenções que auxiliem no trabalho com crianças que apresentam alterações no desenvolvimento (Participante 5).

Orientações sobre os cuidados e a acolhida a essas crianças (Participante 6).

É um material de grande relevância para minha atuação de formadora de professores da Educação Infantil (Participante 7).

Identificamos que o guia “Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento” foi avaliado positivamente, de modo a contribuir para a prática profissional dos participantes. De fato, este documento traz informações importantes sobre o desenvolvimento infantil e sobre como é possível estimular a criança com alteração no desenvolvimento e auxiliar na construção da rotina dela, contribuindo para a promoção do desenvolvimento infantil. Segundo a Unicef, “O desenvolvimento ocorre ao longo de toda a vida, com o início desde a concepção” (p. 4, 2017). Destacamos também a fala a seguir de uma das participantes, quando ela afirma que:

De modo geral, as graduações no Brasil tem se caracterizado por sua formação generalista, e, cuja teoria tende a se apresentar descolada da prática cotidiana dos/das profissionais que atuam na ponta, junto às crianças e seus familiares/cuidadores (Participante 5)

Também identificamos na fala de um dos participantes que há uma necessidade de se oferecer mais conteúdos sobre a Educação inclusiva no Brasil, visto que nas universidades e em algumas graduações este tema é visto de modo transversal às disciplinas, ou mesmo oferecido como optativa, criando uma lacuna entre a graduação e as reais necessidades na prática do dia a dia nas instituições de ensino. No entanto, para Mendes (2010, p. 250), este argumento funciona de modo contrário a inclusão, pois:

Os principais argumentos contra a inclusão, na Educação Infantil, são: a falta ou insuficiência de treinamento para professores (sobre o desenvolvimento, cuidados infantis e Educação Especial); o baixo salário; a sobrecarga de trabalho e a falta de outros serviços considerados fundamentais (avaliação individualizada, intervenção planejada personalizada e oferta de suporte familiar)

Neste sentido, o documento possibilitou um olhar para além do campo teórico, orientando a prática dos profissionais, possibilitando para eles refinar o seu olhar para a criança que apresente algum atraso no desenvolvimento e ao mesmo tempo, contribui para construir uma rotina de cuidados que envolvam a participação da família, cuidadores e de educadores nas creches, esta observação corrobora com a definição de saberes docentes de Tardif (2002), quando ele afirma que o saber docente é pluralizado, originado-se a partir de própria formação profissional,

dos saberes disciplinares, dos saberes curriculares e das vivências profissionais (p. 36).

Buscamos identificar também, como os participantes elencam os pontos positivos e negativos deste documento. Começaremos apresentando os pontos positivos e depois os negativos nas falas dos profissionais:

Qualificação dos profissionais da educação (Participante 1);

Destacaria como positivo a linguagem acessível (gostoso de se ler) e a forma instrutiva (leve) (Participante 2);

Linguagem de fácil compreensão, passo a passo das atividades, orientações detalhadas (Participante 3);

Diálogo sobre o tema (Participante 4);

A diagramação do material excelente; Linguagem de fácil compreensão; Detalhado; Cumpre a função que se propõe; Supera expectativas (Participante 5);

Abordagem e linguagem acessíveis (Participante 6);

Linguagem; Ilustrações; produção do guia (Participante 7).

Por outro lado, as seguintes falas refletem os pontos negativos segundo dois participantes, como podemos observar a seguir:

O material não é disponível para todos os profissionais da área (Participante 4);

O material é facilmente aplicável às famílias que possuem a estrutura de cuidado mínima necessária, no entanto é pouco útil se pensarmos a realidade de famílias extremamente vulneráveis e pauperizadas; muito embora essa já seja uma questão que extrapola os limites da pedagogia e do cuidado, estando para além das possibilidades de resolução possível para um manual técnico (Participante 5).

Precisa levar em consideração as unidades que não tem espaço adequado para receber essas crianças (Participante 6).

Como podemos observar, o guia é validado pela linguagem acessível e de fácil compreensão, apresentando uma leitura agradável às famílias e profissionais que utilizem este material, pois apresenta atividades detalhadas e que podem ser facilmente replicadas em casa ou na creche. No entanto, observamos a fala do Participante 4 que afirma que o material não está disponível para todos os profissionais da área, quando na verdade o guia está disponível no ambiente virtual

desde 2017. Pontuamos aqui uma necessidade de se divulgar melhor este material, de modo a contribuir com os profissionais que desconheçam este guia.

Destacamos também a fala do participante 5, que afirma que, mesmo que o material seja replicável de forma simples, há implicações financeiras às famílias em situação de vulnerabilidade social, o que demandaria a utilização de estratégias por parte das autoridades competentes para que estas famílias pudessem oferecer às crianças as atividades de estimulação e apoio ao desenvolvimento, fornecendo os kits de estimulação, por exemplo. E, por fim, perguntamos aos participantes se todos (as) validariam o documento para utilização pelas famílias e cuidadores das crianças com necessidades específicas e profissionais na Educação infantil, no qual todos os participantes afirmaram validar o documento.

Comparando os dois grupos pesquisados, observamos respostas semelhantes na avaliação deste documento, todos os participantes validaram para uso, afirmando que contribui para a prática profissional nas creches. Outro dado semelhante encontrado entre os dois grupos, foi a da importância de se discutir mais sobre a Educação Inclusiva no Brasil, ampliando a perspectiva para o papel do professor na inclusão das crianças com necessidades específicas nas creches, identificando a necessidade de se pensar nas adaptações do local, oferecendo um suporte físico e de mão de obra especializada, e sobre como as universidades devem adequar melhor os currículos das licenciaturas na direção das reais necessidades formativas do estudante que estará posteriormente trabalhando em salas de aulas com crianças com deficiência.

Outro dado que observamos no grupo focal e que se repetiu no questionário *online*, foi o de se divulgar melhor este documento para os profissionais que estão na rede pública de ensino, de modo a possibilitar para mais profissionais o uso deste material que orienta a prática profissional e esclarece melhor sobre a temática de desenvolvimento e quais cuidados elencados são mais apropriados para a estimulação da criança.

3.1.2 Avaliação do segundo documento: Cuidado da criança com alterações no desenvolvimento

O segundo bloco de perguntas refere-se a avaliação das professoras com relação ao segundo documento, denominado “Cuidado da criança com alterações no desenvolvimento.”

Este documento encontra-se ainda em fase de revisão. Esta informação foi dada previamente às professoras para que elas pudessem avaliar este instrumento na versão em que se encontrava. O objetivo era o de identificar como as professoras avaliariam este documento para uso e prática na creche, como podemos observar nas respostas a seguir:

Tem algumas coisas que são importantes pra mim, continua sendo... mas precisam de alguns ajustes, pelo pouco que participei e vi as meninas discutindo, precisa de alguns ajustes... (Participante 1);

[...] a gente achou o texto bem superficial, o texto muito confuso, não estava claro, ele dava uma orientação assim que fosse pra qualquer criança, sabe? Não necessariamente pra uma criança com síndrome (SCZv), estava vago... (Participante 2);

[...] aí tinha momentos que tratava de momentos escolares, aí tinha um momento que a gente percebia que a fala que a orientação era para uma criança bebezinha, aí já tinha momentos que essa fala já era pra crianças maiores então a coisa ficou meio assim, pra quem é mesmo que eu tô falando? e para quem a gente está falando? (Participante 3);

A gente está falando da organização do texto mesmo, a gente não estava falando nem... como as meninas estava dizendo mesmo, um corte, que hora a gente não sabia pra quem estava direcionado pra quem, né? (Participante 4).

No grupo focal as professoras identificaram pontos que deveriam ser melhorados para este material, sugerindo ajustes que para elas deveriam ser considerados para melhoria do documento. Na fala da participante 2, por exemplo, ela afirma que o texto é superficial, apresentando-se confuso, não possibilitando uma leitura clara, pois o texto não especifica exatamente para qual criança estava se falando ao longo do texto. Nas falas das participantes 3 e 4, observamos respostas semelhantes, no qual elas referem-se à organização do texto, pois para elas estava confusa a narrativa de para quem estava se falando.

A segunda pergunta desse bloco refere-se a como esse documento poderia contribuir para o acolhimento e intervenção na creche para a promoção do desenvolvimento do bebê com a SCZv, no qual as professoras disseram o seguinte:

Eu sinceramente já acho difícil já lidar com as crianças ditas normais, e ainda com as especiais... Jesus Cristo! É muito complicado, aqui na creche de forma geral eu vejo que ainda é... eu fico um pouco mais leve porque na creche eles estão como um todo, né? Na escola a dificuldade é muito mais imensa, eu fico me perguntando porque dessa inclusão dessas crianças especiais na escola... (Participante 1);

[...] Se estivesse organizado, eu acho que ele poderia ser um material de consulta, porque por exemplo, para família, cuidadores e escola, aí ele poderia ter questões mais abrangentes, um pouco mais dessa linguagem específica... (Participante 2);

A gente ficou até culpada com algumas colocações que haviam assim de quanto a gente assumiria responsabilidades... Desde que passando por uma formação, mas aí nos dá mais uma responsabilidade... (Participante 4).

Observamos um desvio de objetivo nas respostas das professoras, no qual não responderam diretamente sobre como este documento poderia contribuir para a promoção do desenvolvimento da criança, mas levantando outros questionamentos em relação a inclusão da criança na creche, com exceção da participante 2, que observou que se o documento estivesse textualmente organizado, poderia servir como um material de consulta. Para as demais, a questão se voltou para Educação Inclusiva, havendo uma reflexão entre elas sobre como professores de uma maneira geral poderiam assumir mais uma responsabilidade, quando, na realidade, para elas o acompanhamento de uma criança na creche não depende tão somente dos professores, mas de uma estrutura que dê suporte para que isto aconteça. Por exemplo, na fala da participante 2, ela destaca o seguinte: “Teve uma fala, teve um texto, que fala do professor manusear a sonda...” seguida da participante 4: “Desde que passando por uma formação, mas aí nos dá mais uma responsabilidade”. Para as professoras, o texto traz informações importantes, mas que dão a elas mais uma responsabilidade, o que poderia configurar uma sobrecarga para elas, que assumem jornadas nos três turnos de trabalho.

A última pergunta que finaliza este segundo bloco, refere-se a quais possíveis contribuições, críticas e sugestões de adequação seriam feitas pelas profissionais, a respeito do documento, e obtivemos as seguintes respostas:

Acho que nessa parte que fala sobre a escola, seria falar a rotina de creche inicialmente, falar de cada fase da creche, da pré-escola, da escola fundamental, de forma geral... (Participante 2);

[...] então tudo precisa ser pensado, pois quando a gente precisa falar da rotina é nesse sentido, né? Não precisa esmiuçar o que se faz na creche, mas ó, como vai ser o banho na creche? Vai ter que ter uma estrutura tal... pelo menos o mínimo pra adequar... na alimentação ela não vai poder vir de casa, não vai porque não é permitido (Participante 4).

Para as participantes 2 e 4, as sugestões dadas permeiam a importância da creche nas discussões sobre a inclusão das crianças com necessidades específicas e sobre como a rotina poderá ser planejada, incluindo as atividades que serão realizadas com essas crianças, de modo a orientar os profissionais que se utilizariam desse instrumento como um documento norteador para o fazer das atividades na creche.

Apresentaremos a seguir os resultados obtidos pelo grupo de ADI e coordenação pedagógica que respondeu ao questionário individualmente para a avaliação deste documento. Para seis participantes, este documento contribui para a prática profissional, diferente de um participante que afirma que este instrumento não contribui. Neste sentido, identificamos que grande parte dos participantes consideram que este documento contribui para sua prática profissional. Ao perguntarmos sobre quais contribuições este material poderia trazer para essa prática cotidiana, obtivemos as seguintes respostas:

Informações importantes, capacitando para acompanhamento e estimulação das crianças com alterações de desenvolvimento (Participante 1);

O documento traz de forma detalhada todos os cuidados necessários que contribuem no desenvolvimento das crianças (Participante 2);

Tornando as atividades diárias ainda mais prazerosas para profissionais e crianças com alterações no desenvolvimento (Participante 3);

Esclarece as minhas dúvidas acerca do tema (Participante 4);

Nenhuma (Participante 5);

Chama a atenção para os sinais de alerta e possibilita orientar o desenvolvimento de atividades para superação (Participante 6);

Novos conhecimentos (Participante 7).

De modo geral, os participantes identificaram que o instrumento traz conhecimentos acerca dos cuidados necessários para uma criança que apresente dificuldades na área de desenvolvimento, de modo a contribuir positivamente para os familiares, cuidadores e profissionais das creches. Identificamos também quais as justificativas que os participantes utilizaram para avaliar este documento. Como podemos observar, aspectos como atitudes e conhecimentos foram abordados, como veremos a seguir:

Traz de maneira prática como devemos agir para estimular de forma correta o desenvolvimento das crianças que apresentam algum tipo de limitação (Participante 1);

É necessário estar ciente de cada aspecto que envolve a rotina desta criança (Participante 2);

Porque ele trabalha cada atividade de forma específica e detalhada sem esquecer da rotina (Participante 3);

Porque é fundamental na minha formação profissional (Participante 4);

É aplicável para as/os profissionais da área da saúde. Para o meu campo que é o da educação não tem maiores serventias (Participante 5);

Chama a atenção para como agir diante de determinadas situações e orienta sobre a melhor maneira de ajudar as crianças (Participante 6);

Pois apresenta muitas informações que eu desconhecia (Participante 7).

Observamos que uma única resposta teve um direcionamento contrário aos demais, pois para este profissional (5), o documento não contribui para sua prática pedagógica, visto que para ele, este documento contribuiria mais para os profissionais da área de saúde. No entanto, a proposta deste documento é para os profissionais que estejam na área de Educação ou Saúde, que estejam trabalhando com crianças que apresentem atrasos no desenvolvimento e deficiências físicas.

Perguntamos sobre quais pontos positivos e negativos os participantes destacariam em relação ao material avaliado. De modo geral, observamos que houve uma avaliação positiva deste documento, com poucas respostas divergentes, como podemos observar:

Um dos pontos positivos são as informações oferecidas (Participante 1);

Ele é esclarecedor ao profissional de muitos detalhes (Participante 2);

Pontos positivos os mesmos do questionário anterior (Participante 3);

Positivo a iniciativa do debate ao tema (Participante 4);

Bom para a saúde (Participante 5);

A orientação e os sinais de alerta (Participante 6);

Estão relacionados à informações práticas para a intervenção e cuidados básicos (Participante 7).

A seguir os pontos negativos:

Negativo é o desconhecimento por parte das pessoas (Participante 4);

Pouco útil para educadores (Participante 5);

Não levar em conta diferentes realidades da inclusão (Participante 6).

Identificamos que o participante 5 considera o material ser de pouca usabilidade para os profissionais da área de Educação e o participante 6 afirmou que o documento não amplia a discussão sobre a Educação Inclusiva, porém o documento serve como orientação norteadora para os profissionais que trabalham com crianças com algum tipo de necessidade específica, possibilitando a prevenção de intercorrências e os cuidados necessários.

Por fim, ao finalizarmos a avaliação para este documento, perguntamos aos participantes se eles (elas) validariam este documento para uso das famílias, cuidadores das crianças com necessidades específicas e profissionais da Educação infantil, obtendo um total de 7 respostas favoráveis para validação. Neste sentido, identificamos a validação deste documento por parte de todos os participantes, podendo ser avaliado alguns ajustes para que o material seja acessível para todos os profissionais a que se destina este recurso.

Ao analisar os dois grupos, observamos avaliações semelhantes, com poucas diferenças. Por exemplo, as participantes do grupo focal pontuaram a questão estrutural do documento, sugerindo alterações na organização do texto, de modo a

torná-lo mais claro para os leitores. O grupo que respondeu ao questionário não fez a mesma observação.

Outro tema discutido no grupo focal foi sobre o papel dos professores na inclusão das crianças com deficiência ou outras necessidades específicas. Para as participantes, o documento exige dos professores que assumam mais uma responsabilidade. Para elas, não se deve partir apenas do professor o papel da inclusão, devendo-se pensar em uma estrutura que dê suporte ao trabalho do profissional, envolvendo estrutura física e profissional para que a inclusão escolar aconteça. Pontuou-se também as jornadas de trabalho do professor que está no ensino básico, pois muitos deles assumem os três turnos de trabalho para que se possa ter uma melhoria nos rendimentos financeiros, o que para as participantes do grupo focal, torna ainda mais sacrificante a profissão docente. A semelhança que encontramos ao comparar os dois grupos respondentes encontra-se no fato de que para eles, o documento não amplia a discussão sobre a Educação Inclusiva, o que seria muito importante. Observamos que apenas uma participante dos dois grupos considera a leitura de pouca usabilidade para os profissionais da Educação, ao contrário dos demais.

3.1.3 Avaliação do terceiro documento: Folder do Kit multissensorial

Neste tópico, serão apresentados os resultados obtidos na avaliação das professoras do grupo focal a respeito deste material, de modo a compreender como elas avaliam a importância desse instrumento, a sua utilidade na prática e apontando possíveis ajustes para uso e adequação deste recurso para os profissionais da Educação Infantil que trabalham com crianças que apresentam a SCZv e outras alterações no desenvolvimento. Para iniciar o terceiro bloco, fizemos a seguinte pergunta para as professoras: Como vocês avaliam o guia sobre como confeccionar e utilizar o Kit de estimulação multissensorial? obtendo as seguintes respostas como podemos observar:

Eu achei legal também, achei tudo legal... como eu disse, pra mim tudo é novo, tudo é novidade pra mim... eu achei interessante também, não sabia também de algumas coisas... (Participante 1)

Eu gostei de ser um folder porque você dobra e coloca no bolso... (Participante 2)

[...] no meu olhar tem uma poluição visual, são letrinhas pequenininhas... (Participante 3)

Sintetizou, eu achei que por ser algo pequenininho é algo prático, isso é ótimo... (Participante 4)

De modo geral, observamos que o *folder* do Kit de estimulação multissensorial obteve uma boa avaliação por parte das professoras pois, para elas, este instrumento apresenta atividades diferentes, como observamos na fala da professora 1, que afirmou não conhecer algumas das atividades. Para as professoras 2 e 4, trata-se de um instrumento prático, o que facilitaria as atividades de estimulação. Para a professora 3, este recurso apresenta-se com uma formatação que não facilitaria a leitura de pessoas que tenham problemas de visão.

A segunda pergunta relacionou-se com a maneira como o folder poderia contribuir para o acolhimento e intervenção no CMEI para a promoção do bebê com a SCZv. No entanto, todas as professoras apenas responderam que contribuiria, não justificando o por quê, dando seguimento para a terceira e última pergunta deste bloco, que visou investigar quais possíveis contribuições, críticas e sugestões de adequação elas fariam sobre o Kit de estimulação multissensorial, obtendo as seguintes respostas:

Transformar de folder para manual para evitar a poluição visual... [...] essas atividades também poderiam estar organizadas a partir do que está estimulando, por exemplo... a 9 e a 10 estão estimulando o desenvolvimento motor, auditivo e o visual, entendeu? Então assim, poderia estar “brincadeiras pra estimulação do desenvolvimento motor, auditivo e visual exemplo”, ou “brincadeiras pra estimulação da língua de fora da criança, então tal coisa... (Participante 2);

A ideia do folder é como ela falou, dobra bota no bolso e leva, né? O negócio pra ser folder poderia ter menos informações, menos texto ali... a imagem do material... como que brinca? Pronto! Agora poderia ter pensado no mesmo material, mas como anexo, como ela tá dizendo... (Participante 3);

A ideia que surgiu no grupo focal era de transformar o folder em um manual que apresenta-se mais informações e mais sugestões de atividades, aumentando a fonte para facilitar a leitura de quem tem problemas de visão, além de evitar a poluição visual (as professoras se referiram ao espaço dedicado aos patrocinadores e que desta forma tirou o espaço para outras atividades). Como folder, o instrumento se torna pequeno para os objetivos de apresentar as atividades ao leitor e sobre como poderá realizar o exercício de estimulação. Para a participante 2, este

instrumento também poderia estar organizado de outra forma, apresentando a atividade com o objetivo proposto no enunciado, pois no instrumento não encontra-se dessa forma.

Com o objetivo de identificar como os participantes do questionário *online* avaliariam este documento, perguntamos se ele contribui ou não para prática profissional destas pessoas, obtendo a totalidade de respostas para “sim”.

Perguntamos ainda qual foi a contribuição que esse documento trouxe para a sua atuação profissional e obtivemos as seguintes respostas:

Sugestões de objetos que estimulam o desenvolvimento multissensorial da criança (Participante 1);

Conhecer recursos adequados que possam contribuir na minha rotina profissional (Participante 2);

Mais recursos de trabalho (Participante 3);

Contribui para a minha prática profissional (Participante 4);

Trata-se de um guia prático para intervenção em qualquer ambiente e por qualquer pessoa, seja na escola pelo educador, ou mesmo em atividades caseiras, ou em unidades de saúde, ou em casa pelas mães e familiares (incluindo pessoas com menor nível de instrução) (Participante 5);

Possibilita que as crianças interajam com os objetos e com os cuidadores possam dar continuidade as estimulações das terapias (Participante 6);

Informações práticas para que eu possa orientar outras pessoas e também intervir com os pequenos (Participante 7).

Podemos observar que este documento contribui no sentido de oferecer à pessoa ou ao profissional que lida com a criança com necessidades específicas, sugestões de atividades e de materiais que possibilitam atividades que estimulam de forma prática a superar as dificuldades que a criança venha a apresentar, seja de ordem física ou cognitiva. Identificamos nas afirmações acima que este material contribui para prática profissional, mas também ampliando seu uso para os familiares e cuidadores dessas crianças.

Tais experiências contribuem para a ampliação de novos conhecimentos, pois para Villachan-Lyra et. al. (2017, p.14):

As experiências vividas pela criança vão servindo de base para a construção de novos conhecimentos, que dependem também da relação que ela estabelece com o ambiente nas diversas situações de brincadeira ou interação com seus cuidadores.

Destacamos a fala do participante 7 que destaca que, ao obter informações práticas, será possível orientar outras pessoas para o uso deste material, o que corrobora com o objetivo do projeto "Redes de Inclusão", que é o de poder replicar o uso deste material para o maior número de pessoas em benefício das crianças.

Neste sentido, o documento apresenta possibilidades de oferecer à criança com necessidades específicas, objetos de estimulação que são fáceis de encontrar e de confeccionar, muitos deles estão presentes no dia a dia das pessoas e podem contribuir para estimulação da criança. Sobre os pontos positivos e negativos que os participantes apontaram neste documento, destacam-se:

Mostra objetos que todos podem ter acesso (Participante 1);

Pode ser feito pelo profissional que trabalha com a criança (Participante 3);

Iniciativa das discussões (Participante 4);

Considerando que se trate de um encarte só vejo pontos positivos (Participante 5);

Fácil de fazer e utilizar (Participante 6);

A riqueza de detalhes e o passo a passo de como utilizar os itens (Participante 7);

As seguintes falas se referem aos pontos negativos elencados pelos respondentes:

A falta de acesso ao material (Participante 2);

Pouca divulgação (Participante 4);

Mais uma vez o fator espaço que não temos em todas as unidades para que o kit seja utilizado (Participante 6)

Neste item identificamos uma divergência entre os participantes quanto ao acesso ao material. O participante 1 afirma que o documento oferece uma possibilidade de objetos que podem ser utilizados nas atividades com as crianças, por outro lado, o participante 2 afirma ter dificuldades de acesso ao material. Destacamos também a fala do participante 4 que afirmou ter pouca divulgação sobre esse material.

Observamos que este material, apesar de ter sido disponibilizado em meio digital e de forma gratuita, não chegou ao conhecimento dos profissionais de creches e de escolas, o que evidencia uma necessidade de se divulgar melhor estes documentos. Outro ponto a ser discutido, é a possibilidade formativa que pode ser construída de modo a minimizar possíveis dúvidas de uso sobre esse material e sobre como é possível realizar atividades relacionadas.

Para finalizarmos a avaliação deste documento, buscamos saber dos profissionais se eles validariam o *folder* para utilização pelas famílias e cuidadores das crianças com necessidades específicas e profissionais na Educação infantil, observando que todos os participantes validariam este documento, de modo a contribuir com a prática profissional nas creches, com vistas a beneficiar o desenvolvimento da criança com necessidades específicas, pois, é importante que todos e todas possam ter conhecimento e clareza sobre como podem estimulá-las.

Analisando as respostas entre os grupos, observamos que as participantes do grupo focal se detiveram a avaliar a estrutura do documento, pontuando as alterações que podem ser feitas para ampliar as descrições das atividades e se tornar acessível também para quem tem problemas de visão. O segundo grupo que respondeu ao questionário, afirmou tratar-se de um bom recurso, mas que foi pouco divulgado, não chegando ao conhecimento dos profissionais que estão trabalhando na rede pública de ensino. Ambos os grupos avaliaram positivamente este instrumento, validando-o para uso na prática profissional, a partir da concepção de que as atividades propostas no documento são pertinentes ao objetivo proposto, que é o de se oferecer brincadeiras como atividades de estimulação à criança com deficiência ou outras necessidades específicas.

3.1.4 Avaliação do quarto documento: Quarto documento: Síndrome Congênita do Zika Vírus, Microcefalia e outras alterações do Neurodesenvolvimento: Guia prático para profissionais de Educação

Apresentaremos a seguir os resultados obtidos no quarto bloco de perguntas do grupo focal, de modo a identificar como as professoras do grupo focal avaliariam o livro “Síndrome Congênita do Zika Vírus, Microcefalia e outras alterações do Neurodesenvolvimento: Guia prático para profissionais de Educação”. Para iniciar o

bloco de perguntas, investigamos como as avaliam o livro, e identificamos as seguintes respostas:

No meu olhar um material bom também, assim, trazendo informações de forma clara, traz questões mais simples explicando como é que acontece a síndrome, essa parte logo no começo e aí acho que é um material que também precisa para todos os educadores... (Participante 1);

Considerações sobre o ambiente físico, eu acho fundamental porque pra um educador consiga olhar no olho dessa criança, dar um banho, consiga acolhê-la, consiga criar esse ambiente afetivo, é preciso que tenha uma estrutura... (Participante 2);

Eu não posso concordar, pois eu não li, mas eu como eu já falei, se o conhecimento é a base pra trabalhar com crianças com a síndrome, a gente precisa conhecer... a síndrome, os sintomas, como lidar... mas eu de fato não li pra me inteirar disso, então... (Participante 3);

Considerações do ambiente... (Participante 4).

Identificamos que para as professoras é importante se considerar o espaço da creche em suas várias dimensões e incluí-la nas discussões. Por exemplo, na fala da participante 2, é importante considerar o ambiente físico da creche, pois o trabalho para ser efetivo e até mesmo criando um espaço afetivo, deve ser possibilitado por uma estrutura que dê suporte e viabilize o trabalho dos professores (as). Por outro lado, identificamos na fala da participante 1 a necessidade que os professores (as) tem em poder conhecer mais sobre a SCZv, de modo a conhecer mais os aspectos desta síndrome e sobre como as consequências afetam no desenvolvimento da criança.

Outra questão discutida neste bloco foi a importância de se abrir um espaço para a discussão sobre o ambiente físico e humano da creche, de modo a se pensar melhor este tema, pois a jornada de trabalho muito pesada impede tais discussões pelos professores na rede, como afirma a participante 2:

(...) contribuir com outros ambientes educacionais, seja na elaboração de material, seja como oficina, enfim... que agente consiga afirmar politicamente o quanto é importante que outros professores também tenham esse tempo, porque o professor ele acaba sendo consumido, né? E ele não consegue ter o preparo necessário pra estar com qualquer criança, muito menos com essas... (Participante 2)

No olhar desta professora, a formação dada pela rede é insuficiente para dar conta destas discussões, mas o espaço dado pelo grupo focal é importante para que isto ocorra e dar o espaço de fala é uma contribuição para que as reflexões sejam feitas e que contribuam para o refinamento de um novo olhar, pois “(...) essa colaboração não é só boa pra você, mas é pra gente também de tá podendo se apropriar, reavaliar a nossa prática e identificar os obstáculos, as lacunas pra que a gente possa correr atrás também...” (participante 2). Para João Amado (2017, p.228), “A interação que se gera no interior do grupo é, portanto, o principal meio e fonte de produção de dados, e é a sua principal característica – o que distingue esta metodologia de outras estratégias de investigação, inclusive da simples entrevista de grupo”.

Para finalizar este bloco com a última pergunta, buscamos identificar quais contribuições, críticas e sugestões de adequação elas fariam a respeito do livro, como podemos observar a seguir:

É por isso que assim, pensei, daria um livro porque quando pensei na creche eu pensei nos diversos ambientes, o jardim, as salas, o banheiro, o parque...(Participante 1);

Abordar a questão da estrutura, do espaço... do ambiente físico... É uma sugestão pra que tenha e pode ser uma crítica positiva no sentido de que nada no ambiente afetivo aconteça sem o ambiente físico existir, porque não dá pra ser afetiva com dor na coluna, humanamente falando, assim... (Participante 2);

Porque ele até existe, né? Mas ele existe por um esforço do professor, quando a gente tem um ambiente afetivo, legal pra essas crianças, a gente faz um esforço sobre-humano e até adoecendo pra que isso aconteça, visto que o espaço físico não contribui... e assim, eu to dizendo isso porque o espaço físico por si só não vai adiantar... (Participante 4).

Identificamos novamente na fala das professoras a questão de se considerar a dimensão do espaço físico na abordagem do livro pois, para elas, não há como proporcionar um ambiente afetivo sem que se considere as adaptações do espaço físico, o que acarretaria problemas de saúde, como vemos nas falas das professoras 1 e 4.

Os resultados a seguir refletem a avaliação dos profissionais da área de Educação que atuam na Educação Infantil e que responderam ao questionário *online*. Buscamos identificar como estes profissionais avaliariam este livro e como

poderia contribuir para qualificar a sua prática profissional no ambiente de creche. Inicialmente buscamos identificar qual seria a contribuição ou não, para prática profissional, obtendo a totalidade de respostas afirmando que este documento contribui. buscamos então identificar quais foram as suas concepções para que se validasse este recurso, como podemos observar nas seguintes falas:

Permite conhecer um pouco da realidade das crianças com alterações de Neurodesenvolvimento, mostrando quais as possibilidades de estímulos possíveis de realizar em sala, para facilitar o desenvolvimento das mesmas (Participante 1);

Ele é o primeiro material acadêmico que tenho contato que vem nos apresentar essa temática, é de muita relevância se debruçar em sua leitura e releitura (Participante 2);

Por tratar-se de fato recente é maravilhoso ter acesso a informações tão relevantes sobre a neuroplasticidade com foco na Síndrome Congênita do Vírus Zica (Participante 3);

Contribui no esclarecimento a sociedade (Participante 4);

Além do esclarecimento sucinto e objetivo, ele parece particularmente útil para a destituição de mitos no que refere à síndrome. Preenche algumas lacunas no que refere a falta de informações necessárias para o desenvolvimento de boas práticas pedagógicas/educacionais para crianças portadoras da SCZ, além de fornecer informações extensivas a outras demandas de outros transtornos; Muito embora o livro se atenha sobre as especificidades da criança portadora de SCZ (Participante 5);

Ajuda a entender as alterações e ter um pouco mais de segurança para trabalhar com essas crianças (Participante 6);

Apresenta novas informações que alicerçarão minha prática pedagógica (Participante 7).

Observamos na fala dos participantes, que a leitura deste livro traz informações que esclarecem sobre o tema da criança que nasce com a SCZv, de modo a compreender melhor, quais as implicações que decorrem desta condição específica. Destacamos a fala do participante 2, que afirma ser a primeira leitura sobre este tema, o que nos mostra que os profissionais da Educação Infantil poderão receber crianças com a SCZv e não ter acesso prévio a uma formação específica, ou mesmo uma leitura que possa direcionar melhor este profissional.

Os caminhos para inclusão escolar apontam para uma demanda formativa do profissional da creche e para a reestruturação física dela. Mendes (2010, p. 261),

afirma que para haver inclusão de crianças com atrasos no desenvolvimento nas creches, é preciso que se possibilitem os meios que promovam tal inclusão, pois “A oferta de apoio tem que ser prevista, e se os educadores não sabem como fazer isso, como parece ser o caso, então seria necessário ensiná-los”. Neste sentido, corrobora-se a necessidade de formação continuada na área de Educação inclusiva e de uma adaptação das atividades pedagógicas, além de uma reestruturação física da creche.

Também destacamos a fala do participante 5, que afirma que a leitura supri a demanda de informações para que se possa desenvolver uma boa prática profissional. Neste sentido, observamos que este livro oferece uma leitura ampla sobre o tema, mas evidenciamos a necessidade de se acompanhar esta leitura por meio de uma formação continuada. Buscamos identificar também quais foram os pontos positivos e os negativos deste documento, obtivemos as seguintes respostas começando pelos pontos positivos:

Linguagem clara (Participante 1);

O livro é um verdadeiro acervo de conhecimentos e respostas a várias interrogações (Participante 3);

Iniciativa sobre os estudos a problemática (Participante 4);

É uma fonte rica de informação, clara, acessível, sem prescindir da cientificidade necessária (Participante 5);

Esclarece dúvidas sobre o assunto (Participante 6);

Parabéns por ter dado o passo inicial, a educação precisará se preparar muito para ofertar o máximo de subsídios para o desenvolvimento dessas crianças (Participante 7).

A seguir estão alguns dos pontos negativos elencados pelos participantes:

A falta de acesso e da própria discussão na rede em Recife (Participante 2);

Pouca divulgação (Participante 4);

Precisava trazer sugestões de atividades para superação das dificuldades (Participante 6).

Observamos nas falas dos participantes 2 e 4, não um ponto negativo com relação ao material em si, mas a falta de divulgação desse material na rede de ensino. Considerando que o livro ainda não foi lançado, esse comentário não é

ainda pertinente. Outra fala que gostaríamos de destacar é a do participante 6, que sugere que o livro deveria trazer mais atividades para fazer com as crianças que apresentam alterações no neurodesenvolvimento.

Para finalizarmos, buscamos identificar se os profissionais validariam o livro para utilização pelas famílias, cuidadores das crianças com necessidades específicas e profissionais na Educação infantil, identificamos que todos os participantes validariam este documento, a partir da necessidade de se buscar conhecimentos para atuar na Educação Infantil, qualificando a prática pedagógica.

Realizando agora alguns comentários comparativos entre os posicionamentos dos dois grupos, para as participantes do grupo focal, o espaço da creche deve ser considerado nas dimensões físicas e sobretudo, humanas, no sentido de que não há como planejar atividades que trabalhem a afetividade com as crianças sem que haja um planejamento neste sentido, pois as adaptações são importantes para que este trabalho possa entregar bons resultados. Outro ponto de destaque é o conhecimento sobre o que é a SCZv e o seu contexto sócio-histórico, pois o instrumento possibilita ao leitor se aprofundar na temática. Encontramos semelhanças ao analisar as avaliações dos dois grupos pois observamos que o grupo de participantes do questionário *online* também se refere à importância de se apropriar melhor do tema enquanto profissionais da área de Educação. Uma diferença que identificamos neste último grupo foi a de que, para eles, falta divulgação desse material na rede, além das atividades que deveriam ser mais ampliadas no documento, pontos estes que não identificamos nas avaliações do primeiro grupo. Ambos os grupos validaram este documento para leitura e uso na prática cotidiana.

3.1.5 Avaliação do quinto documento: Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores

Encerrando as discussões do grupo focal, apresentaremos a seguir os resultados obtidos no quinto e último bloco de perguntas, de modo a compreender e identificar como as professoras avaliam o livro “Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores”, identificamos as seguintes respostas:

[...] ele traz muitas fotos, fotos reais, né? Que respeita também a diversidade, as imagens são reais...muito fofo mesmo, o conteúdo é

algo que eu já vi, mas assim, é algo novo pra mim, algo que eu já vi no NINAPI (Participante 1);

Fica muito claro no texto, que entende da coisa, que entende de criança! E de todas as necessidades, né? Desenvolvimento neurológico, mas também da questão social, essa questão da relação afetiva e tal... (Participante 3).

Vemos na fala da professora 1 que a avaliação dela é a respeito da diversidade, a partir da inclusão de fotos que retratam situações reais, espontâneas e que ajudam o leitor a se identificar melhor com a leitura. Nessa mesma direção, para a professora 3, o livro traz conteúdos consistentes sobre infância, de modo a trazer temas das neurociências e questões sociais para discussão. No decorrer deste bloco, emergiu uma discussão sobre a afetividade na escola, levando a participante 1 a fazer uma reflexão sobre este tema, afirmando que não faz parte de um currículo pedagógico trabalhar o tema sobre afetividade, embora que para ela, seja algo que aconteça nas relações do dia a dia, como podemos observar na sua fala:

É uma vivência, mas não é uma coisa direta... não é uma coisa, né...como (...) uma vez me perguntou e eu fiquei com essa dúvida o tempo todo... se você planeja trabalhar com isso, você não...não é uma coisa direta, foi o que a gente conversou no grupo... depois eu comecei a entender que precisa de um olhar, a gente vive, mas é de uma forma muito inconsciente... a gente precisa de um olhar, eu acho necessário... e aí a gente vê, só pra fechar, que na proposta da rede, se é pra vivenciar de uma forma mais direta, a gente vê enquanto rede, na proposta política, a gente nem tem isso aí...(Participante P1)

Para esta participante, a afetividade poderia ser planejada com atividades que trouxessem este tema para as crianças, sendo uma forma de ir trabalhando as relações, uma forma de se socializar, mas com o objetivo de trabalhar o lado afetivo das relações. Dando prosseguimento às discussões, entramos na segunda questão, pois, se e de que maneira este livro poderia contribuir para o acolhimento e intervenção no CMEI para a promoção do bebê com a SCZv? No qual identificamos as seguintes contribuições:

[...] eu vejo que ele contribui, pelo acolhimento e intervenção no CMEI (Participante 1);

[...] a gente estuda o desenvolvimento cognitivo, porque o nosso papel é fazer com o que o povo aprenda, mas como é que eu vou fazer pra trabalhar o processo de aprendizagem de um ser que eu não sei como fisiologicamente ele funciona? Eu não sei como as conexões cerebrais vão estar plenas pra eu poder propor algo, porque eu to propondo aquilo, naquela idade, mas como é que ele vai aprender aquilo se as conexões não estão nem maduras? (Participante 2);

[...] Então assim, o próprio currículo não dá conta...né? Na questão afetiva, é o que a gente fica tentando dizer o tempo todo no relatório, até escrevi algo em meus relatórios, quando eu falei um pouquinho do comportamento dos afetos, dos sentimentos, aí justifiquei porque eu comecei por aquilo, porque vamos dizer assim, é uma coisa que será se é da minha ossada falar sobre isso, entendeu? Porque ele não é só o conteúdo, ele não é só o alfabeto, porque ele precisa aprender, nesse sentido... (Participante 4).

Observamos nas falas das professoras que o instrumento contribui no sentido da compreensão de que a criança tem seu desenvolvimento dado em várias dimensões que vão para além da própria alfabetização, mas o desenvolvimento da própria humanidade, no sentido do desenvolvimento dos seus sentimentos, pela percepção das suas emoções, algo que identificamos na fala da professora 4, a afetividade para ela vai aparecer, mas não é algo que é tratado diretamente pelo currículo pedagógico. Para a professora 2, é importante compreender o desenvolvimento sob o ponto de vista do neurodesenvolvimento, pois é uma forma de se compreender como pode ser trabalhado atividades adequadas para a faixa etária da criança e como isso está alinhado com os mecanismos neurológicos.

Para encerrar o grupo focal, investigamos quais possíveis contribuições, críticas e sugestões de adequação dos profissionais a respeito do livro, como podemos observar a seguir:

Sempre bom conhecer, né? Esse material pra mim como sugestão, sempre como sugestão, porque pra mim está tudo bom, mas a sugestão é que possa ampliar... (Participante 1);

Eu acho que os profissionais precisam conhecer e aí mais uma vez a gente reforça que tem! Para conhecer, porque o tempo que eles tem para dar conta de sala já é insuficiente, que o tempo que eles tem com eles mesmos para serem seres humanos é insuficiente (Participante 2).

Como podemos observar, as professoras sugerem o uso deste livro como forma de ampliar os conhecimentos sobre o neurodesenvolvimento, de modo a

contribuir com a própria formação, mesmo sendo a jornada de trabalho difícil para os profissionais que estão na Educação Infantil.

Para finalizarmos a discussão de resultados, buscamos identificar sobre como os profissionais participantes do questionário *online* validariam este livro com vistas a contribuir para prática pedagógica desses profissionais, bem como com vistas a contribuir para promoção do desenvolvimento da criança com alterações no neurodesenvolvimento, observamos que os 7 participantes afirmam que o livro traz contribuições para a prática profissional nas creches. De modo a compreender melhor como seriam tais contribuições, perguntamos a eles (elas) quais foram as suas concepções com relação a esse documento de modo a contribuir com sua atuação profissional, identificamos as respostas a seguir:

Mostra a importância de uma boa base na primeira infância em casa e na escola. (Participante 1);

O documento nos encaminha a compreender como se dá o desenvolvimento da criança (Participante 2);

Aborda de maneira singular as atividades rotineiras das crianças inserindo neurodesenvolvimento no que couber dentro de suas faixas etárias (Participante 3);

Contribui na minha formação profissional entendendo o meu público alvo que é o infantil (Participante 4);

Uma vez que foi formulado pensando de maneira inclusiva às mães e aos pais, termina sendo um material extremamente prático e informativo (Participante 5);

Mostrar o quanto o afeto e a estimulação, através do contato, pode ajudar a superar as dificuldades (Participante 6);

Apresenta de forma simples conhecimentos de grande importância para a atuação pedagógica (Participante 7).

Observamos que os participantes, de modo geral, compreenderam a leitura de modo a fortalecer os conhecimentos acerca do desenvolvimento da criança, o que contribuiria positivamente para os profissionais que estão trabalhando nas creches, pois com conhecimentos sobre como esse desenvolvimento ocorre, fica mais fácil planejar atividades que respeitem a faixa etária da criança, elencando tarefas que ao passo que sejam lúdicas, contribuem também para que a criança se desenvolva de forma plena, com base em conhecimentos de outra área, como o neurodesenvolvimento, por exemplo. Destacamos a fala do participante 6, que

afirma que o afeto e a estimulação por meio do contato pode fortalecer a relação que se estabelece entre a criança e o seu cuidador (a), bem como com os professores (as) nas creches. Neste sentido, identificamos nesta fala a importância da afetividade e do fortalecimento dos vínculos para o desenvolvimento saudável das crianças.

Perguntamos também quais os pontos positivos e negativos destacados em relação ao livro avaliado, abaixo destacamos as falas sobre os pontos positivos deste documento:

É um material bastante interessante e tem uma leitura bastante prazerosa (Participante 1);

Saber como compreender cada fase e o que pode ser feito para estimulá-lo mais ainda (Participante 2);

A grande contribuição da neurociência aplicada as alterações no desenvolvimento infantil (Participante 3);

Positivo o avanço das neurociências no ambiente escolar (Participante 4);

Bem ilustrado, conciso e oferece possibilidades de compreensão mais abrangentes sobre o desenvolvimento infantil (Participante 5);

Destaca a importância do afeto e da confiança no trabalho realizado (Participante 6);

Apresentar de forma clara, simples e sensível uma temática imprescindível para o processo de ensino e aprendizagem, seja ele dentro ou fora do contexto educacional (Participante 7).

A seguir os pontos negativos que foram levantados pelos participantes do questionário online:

Falta de interesse dos pais (Participante 4);

Apesar de muito bem formulado não é acessível à camada mais carente da população. Requer conhecimentos prévios por parte dos pais, muito embora parcela significativa da população brasileira ainda apresente traços de renitente analfabetismo funcional (Participante 5);

Ser acessível a todos os educadores e familiares (Participante 6).

Identificamos que a linguagem para a maior parte dos participantes é um ponto positivo, pois para eles (elas), trata-se de uma linguagem acessível, de fácil compreensão e que traz conhecimentos das neurociências para o desenvolvimento

infantil, o que contribui no processo de ensino e aprendizagem delas, ocorrendo nas creches ou em outros ambientes. No entanto, observamos na fala do (da) participante 5, que a linguagem pode ser de difícil acesso para os pais que apresentem poucas práticas de letramento, pois demandaria para eles um acesso aos conhecimentos relacionados ao neurodesenvolvimento para uma melhor compreensão do tema.

Por fim, buscamos identificar se os participantes validariam o livro para utilização pelos familiares, cuidadores das crianças com necessidades específicas e profissionais na Educação infantil, todos os participantes validariam o uso deste livro como forma de contribuição para a ampliação do conhecimento em relação ao tema de neurodesenvolvimento infantil, destacando a importância de se compreender melhor a primeira infância, pois o desenvolvimento infantil se dá em diferentes fases, ocorrendo de forma natural e singular para cada criança, sendo a leitura deste livro de utilidade para os profissionais da Educação Infantil.

Observamos que os dois grupos tiveram respostas semelhantes, obtendo uma boa avaliação por ambos. Por exemplo, no grupo focal, questões relacionadas à afetividade, respeito à diversidade e um olhar refinado para criança foram características marcantes desse momento. Com relação ao grupo que respondeu ao questionário, observamos uma semelhança nas respostas com relação à criança como um ser em desenvolvimento, aspecto este visto no grupo focal. Outro aspecto semelhante foi a compreensão entre os dois grupos de que o livro ajuda a compreender melhor as necessidades das crianças e sobre como isso influencia positivamente no planejamento de atividades adequadas à faixa etária, sendo coerente com os aspectos da neurociência e a aprendizagem voltada para primeira infância.

Encontramos também uma diferença nos dados com relação ao grupo que respondeu ao questionário, pois não foi um consenso de que a linguagem do livro fosse de fácil acesso para todos. Um dos participantes observou que pais com baixa prática de letramento, que não tem acesso à temática, não conseguiriam compreender corretamente o conteúdo do livro. Já para outro participante, a linguagem se configura como acessível e de fácil compreensão, o que é compatível com o que foi posto pelo primeiro grupo, no qual é consensual a avaliação da linguagem como sendo de fácil acesso e compreensível, excluindo o baixo letramento dos pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final desse trabalho observamos que, em meio a um contexto de “crise” como ocorrido em 2015 com o surgimento dos casos de bebês com a SCZv em quantidade de notificações incomum, foram desenvolvidas iniciativas importantes para o acolhimento dos bebês e suas famílias. Uma dessas iniciativas foi o "Projeto Redes de Inclusão", que surgiu como uma necessidade (ou resposta) em meio às angústias das famílias e profissionais envolvidos (dentre eles, os educadores). Dentre as ações do Projeto Redes, foram elaborados três documentos com o objetivo de ajudar os atores sociais envolvidos nesse cenário. Junto com outros 2 livros, esses 3 documentos foram descritos e avaliados nesta pesquisa, a fim de investigar possíveis contribuições para a atuação docente no acolhimento aos bebês com a SCZv nas creches em Recife. Como podemos observar no terceiro capítulo, a realização de um grupo focal e de um questionário *online* foi imprescindível para que pudéssemos identificar as avaliações de profissionais envolvidos com a Educação infantil sobre os três documentos oriundos do Projeto Redes de inclusão, bem como os dois livros sobre a SCZv e Desenvolvimento infantil (adicionados posteriormente a esta pesquisa pela pertinência dos temas). De modo geral, os cinco documentos foram bem avaliados e validados por esses profissionais, quando comparamos as respostas dos dois grupos investigados.

Com relação a avaliação do primeiro documento, todos os participantes validaram para uso, imergindo também outros temas que transversalizam o uso desse documento nas creches, pois identificamos a demanda formativa dos profissionais com relação às discussões sobre a Educação Inclusiva e o papel das creches nesse contexto, pontuando questões como a adaptação do ambiente físico para a realização de atividades pedagógicas específicas às crianças com alterações no desenvolvimento, bem como a demanda formativa dos profissionais para que isso seja possível.

Em relação ao segundo documento, observamos que os dois grupos pontuaram a mesma questão do documento anterior: a necessidade de se ampliar as discussões sobre a Educação Inclusiva no Brasil e o papel dos profissionais das creches nesse contexto de inclusão escolar, levando em consideração a jornada

pesada que estes profissionais muitas vezes assumem para terem ganhos salariais melhores, o que pode comprometer a qualidade do trabalho dessas pessoas pela falta de tempo de planejamento de atividades e pelo cansaço físico que esta jornada impõe. Além disso, observamos que o grupo focal foi mais exigente com relação a estrutura do texto deste documento, havendo sugestões de melhorias para ele, o que não aconteceu no grupo do questionário *online*.

O terceiro documento também foi validado pelos dois grupos, mas com uma diferença entre eles: o grupo focal pontuou a questão estrutural deste material para melhor se adequar para uso daqueles que tem problemas de visão e o grupo do questionário online pontuou a pouca divulgação deste documento para os profissionais que de modo geral estão atuando na Educação Infantil, além de observarem que as brincadeiras propostas são importantes para o estímulo das crianças.

O quarto documento obteve uma avaliação muito semelhante ao terceiro documento, pois o espaço da creche foi discutido pelos dois grupos, com a diferença de que a questão da afetividade imergiu nesta fase de investigação, pois para o grupo focal, não é possível ser afetivo ou promover a afetividade a partir de um planejamento pedagógico, se não se considerar as dimensões físicas e humanas para que esse fortalecimento das relações aconteçam. Outro ponto observado foi a possibilidade de se aprofundar mais sobre o que é a SCZv, pois com a leitura deste documento foi possível que os profissionais conhecessem melhor o tema.

O quinto e último documento trouxe aspectos avaliativos semelhantes ao quarto documento, por exemplo, no grupo focal, foram discutidas questões relacionadas à afetividade e a diversidade, refinando o olhar às crianças com a SCZv e outras necessidades específicas. Os dois grupos além de validarem este documento, pontuaram que a leitura contribui para o planejamento de atividades adaptadas para a idade das crianças, o que para eles, é coerente com o conteúdo abordado sobre Neurociências e Aprendizagem das crianças. Além disso, ressaltamos que este documento é importante para que os profissionais e familiares compreendam as características do desenvolvimento típico das crianças, pois a partir dessa leitura, será possível também identificar sinais da SCZv mesmo na ausência da microcefalia e também de outros atrasos do desenvolvimento.

Para concluir, a pouca divulgação deste material foi um ponto observado pelos dois grupos ao longo desta pesquisa, o que certamente deixou de favorecer os

profissionais e familiares de crianças com SCZv e outras alterações no desenvolvimento no contexto de 2015 até o momento, pois como um material de consulta gratuito, seria possível a ampliação do fazer pedagógico desses profissionais da creche no dia a dia, neste sentido, as crianças na primeiríssima infância (0 a 3 anos), foram muito prejudicadas pela falta de estímulos de apoio ao desenvolvimento e reabilitação, pois a fase de maior aprendizagem se dá nessa fase.

Não se pretende com isso responsabilizar os profissionais das creches pela falta de um acompanhamento pedagógico adequado, pelo contrário, mas chamar a atenção das autoridades da área de Educação para a importância de se discutir mais os aspectos formativos destes profissionais para promover a inclusão dos bebês e crianças com alterações do desenvolvimento nesses lugares, sugerindo discussões sobre a inclusão dessas crianças a partir da perspectiva da creche ser um ambiente rico de aprendizagem, mas considerando que a inclusão só será possível se os profissionais estiverem capacitados para promoverem a inclusão e o ambiente físico estiver adaptado para as reais necessidades dessas crianças.

Esta pesquisa abre o caminho para que outras também sejam realizadas em prol da inclusão e adaptação das crianças com a SCZv nas creches, considerando que se tenham oportunidades de formação continuada para os profissionais da Educação Infantil, qualificando-os para melhor atender estas crianças, bem como refinarmos o olhar para outras dimensões que compõe esta inclusão, tais como a adaptação do ambiente físico da creche e as atividades de estimulação para serem realizadas, promovendo o desenvolvimento das crianças com necessidades específicas.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra, Portugal. Imprensa da Universidade de Coimbra, 3º Ed. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. França. 1977. Traduzido por Luíz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70. 1995.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90**. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90#art-55>> Acesso em: 13 de Janeiro de 2018 às 16:36.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf> Acesso em: 03 de Janeiro de 2018 às 14:36.

_____. Ministério da Educação. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1. out. 2005. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2005.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf> Acesso em: 03 de Janeiro de 2018 às 14:36.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia e/ou alterações do sistema nervoso central (SNC)**. Ministério da Saúde. Brasília. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika**. Ministério da Saúde. Brasília. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia**. Ministério da Saúde. Brasília. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de estimulação precoce: crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor decorrente de microcefalia**. Ministério da Saúde. Brasília. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2015/2016: uma análise da situação de saúde e da epidemia pelo vírus Zika e por outras doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti***. Ministério da Saúde. Brasília, 2017.

EICKMANN, S. H.; CARVALHO, M. D. C. G.; RAMOS, R. C. F.; ROCHA, M. A. W.; LINDEN, V. V. D.; SILVA, P. F. S. S. **Síndrome da infecção congênita pelo vírus Zika**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2016.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira**. Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Artigo publicado na Revista Inclusão nº 1, MEC/ SEESP, 2005.

GONDIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: Desafios metodológicos**. Bahia. UFBA, Paidéia, 2003.

MENDES, E. G. **Inclusão Marco Zero: começando pelas creches**. Araraquara, São Paulo: Ed. Junqueira&Marin, 2010.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Pétropolis, RJ: Ed. Vozes, 21º ed. 1994.

NOVA RESOLUÇÃO (510/2016) DE ÉTICA NA PESQUISA. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/nova-resolucao-5102016-de-etica-na-pesquisa>> Acesso em: 05 de Fevereiro de 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Saúde do estado de Pernambuco. Informe Técnico nº 09/2018. **Síndrome congênita relacionada à infecção pelo vírus Zika**. Período de Referência: SE 30/2015 (26/07/15 a 01/08/15) a SE 44/2018 (28/10 a 03/11/2018) Dados atualizados até: 06/11/2018.

REDES DE INCLUSÃO. **Conhecendo o Kit multissensorial**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZmhBZRIDRQI&t=4s>> Acesso em: 28 de Maio de 2018.

TAVARES, L. M. F. P.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 5º Ed. 2002.

UNICEF. **Redes de Inclusão: Garantindo direitos das famílias e das crianças com Síndrome Congênita do Zika vírus e outras deficiências**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/folder_redes_de_inclusao.pdf> Acesso em 23 de Janeiro de 2018.

_____. **Orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento**. Projeto Redes de Inclusão. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Brasília, 2017.

_____. **Redes de Inclusão:** garantindo direitos das famílias e das crianças com Síndrome Congênita do Zika vírus e outras deficiências. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundação Altino Ventura (FAV). Brasília, 2018.

_____. **Metodologia para multiplicadores.** Estimulação de crianças com alterações no desenvolvimento no ambiente domiciliar e escolar. Curso para a qualificação de profissionais de saúde, educação e assistência social. Projeto Redes de Inclusão. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Brasília, julho de 2017.

_____. **Kit Multissensorial:** Orientações para utilização no ambiente domiciliar. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/pt/activities_36676.html > Acesso em: 11 de Maio de 2018.

_____. **Cuidando da criança com alterações do desenvolvimento.** Projeto Redes de Inclusão. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Brasília, agosto de 2017.

VILLACHAN-LYRA, P.; ALMEIDA, E. **Síndrome Congênita do Vírus da Zika, microcefalia e outras alterações do neurodesenvolvimento:** guia prático para profissionais de educação. Curitiba: Editora Appris. 2019.

VILLACHAN-LYRA, P.; QUEIROZ, E, F. F. MOURA; R. B. E GIL, M. **Entendendo o desenvolvimento infantil:** contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores. Recife. 2017.

ANEXO I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento Sr./Sr.ª ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa _____ intitulada _____, integrante

do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo principal, de analisar a avaliação de professores a respeito da contribuição de livros documentos sobre microfalés e a SCZv.

e será realizada por Marcina Lains de Carvalho Roeluz, estudante do referido curso.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de grupo focal, com utilização de recurso de gravador de voz, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a licenciando escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

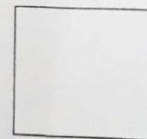
Consentimento pós-informação

Eu, _____, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participarei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, 09 de Outubro de 2018.

Assinatura do/a participante

Marcina Lains de C. Roeluz
Assinatura do/a pesquisador/a



Impressão do dedo polegar
caso o/a participante não saiba
assinar.